

SESSÕES DO PLENÁRIO

8ª Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 28 de abril de 2009.

PRESIDENTE: DEP. FERNANDO TORRES “2º VICE-PRESIDENTE”

1º SECRETÁRIO: DEP. PAULO CÂMERA *AD DOC*

2º SECRETÁRIO: DEP. ROGÉRIO ANDRADE “1º VICE-PRESIDENTE”

À hora marcada verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Arthur Maia, Bira Corôa, Capitão Tadeu, Clóvis Ferraz, Edson Pimenta, Eliana Boaventura, Eliedson Ferreira, Emério Resedá, Fábio Santana, Fátima Nunes, Fernando Torres, Ferreira Ottomar, Gaban, Getúlio Ubiratan, Gilberto Brito, Gildásio Penedo Filho, Heraldo Rocha, Isaac Cunha, Ivo de Assis, J. Carlos, Javier Alfaya, João Bonfim, João Carlos Bacelar, Joélcio Martins, José Nunes, Júnior Magalhães, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Argôlo, Luiz Augusto, Luiz de Deus, Marcelo Nilo, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Marizete Pereira, Misael Neto, Nelson Leal, Neusa Cadore, Paulo Azi, Paulo Câmara, Pedro Alcântara, Prof. Valdeci, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Sandro Régis, Sérgio Passos, Virgínia Hagge, Waldenor Pereira, Yulo Oiticica e Zé Neto. (58)

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão extraordinária com o objetivo de apreciar o projeto de lei nº 17.813/2009 e o projeto de lei nº 17.778/2009, ambos de autoria do Poder Executivo.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Pela ordem o deputado Gildásio Penedo Filho.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Sr. Presidente, V.Exª acaba de citar dois projetos de lei, e a minha questão de ordem é no sentido de saber sobre o que versam essas matérias especificamente.

Queria também que V.Exª, após informar sobre os projetos, procedesse a uma verificação de quorum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- V.Ex^a será atendido.

O projeto de lei nº 17.813/2009, de procedência do Poder Executivo, dispõe sobre medidas a serem adotadas pelo Estado da Bahia para a realização de Jogos Olímpicos e Paraolímpicos no ano de 2016.

O projeto de lei nº 17.778/2009, de procedência do Poder Executivo, institui a bolsa-auxílio no âmbito das universidades estaduais da Bahia e da educação básica, segundo os critérios e limites fixados nesta lei, e dá outras providências.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Pela ordem o deputado Waldenor Pereira.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, tendo em vista a iniciativa do deputado Gildásio Penedo Filho de solicitar uma verificação de quorum para a continuidade da presente sessão, quero convocar, conclamar, convidar todos os colegas deputados e deputadas da Bancada do governo para, imediatamente, deslocarem-se até o Plenário desta Casa, tendo em vista que há uma solicitação de verificação de quorum para a continuidade da presente sessão e, naturalmente, precisamos apreciar, votar e aprovar dois importantes projetos: o primeiro diz respeito à adequação do nosso Estado ao requisitos, às exigências do Comitê Olímpico Brasileiro - COB para que o Brasil possa concorrer a ser o País sede dos Jogos Olímpicos de 2016, e a Bahia, naturalmente, concorrerá a ser uma das subsedes desses Jogos Olímpicos.

Trata-se de um projeto de adequação jurídica para permitir ao nosso Estado e ao nosso País participarem desta concorrência internacional, já que vários outros países estão concorrendo com o nosso, disputando a sede dos Jogos Olímpicos de 2016.

Por isso, é muito importante que os colegas deputados e deputadas que se encontram em seus gabinetes, na sala do cafezinho, nas demais dependências desta Casa Legislativa possam, imediatamente, deslocarem-se até o Plenário da Casa, pois há uma solicitação de verificação de quorum para a continuidade da presente sessão, e são dois projetos importantes.

O outro projeto, o de bolsa-auxílio, também oriundo do Poder Executivo, normatiza a prestação de serviços nas universidades. Atualmente, os professores universitários, servidores públicos que são, não podem receber o pagamento de prestação de serviços do próprio Estado tendo em vista serem servidores públicos e já receberem seus salários na folha de pagamento do governo estadual.

Esse projeto de lei vai permitir que professores universitários das quatro universidades estaduais possam prestar serviços outros ao próprio Estado da Bahia, recebendo por isso uma remuneração suplementar, para naturalmente, permitir a realização desses importantes serviços, como serviços laboratoriais, formação de professores dos ensinos Fundamental e Médio, dentre outros que as universidades estaduais prestam à comunidade, e alguns desses poderiam ser devidamente remunerados.

Portanto, o projeto do bolsa-auxílio vai permitir a regulamentação, a normatização dessas atividades dentro das instituições universitárias.

Por esse motivo, queria convidar os colegas deputados e deputadas da base do governo para, imediatamente, se deslocarem até o plenário da Casa tendo em vista que há uma solicitação para verificação de quorum para a continuação da sessão e faz-se necessária a presença de 21 Srs. Deputados.

Estamos concluindo a nossa questão de ordem, teremos 15 minutos devidamente acordados com esta Casa Legislativa e, portanto, solicito do Sr. Presidente que faça soar as campainhas ajudando-nos a convocar todos os parlamentares para que possamos restabelecer o quorum para à continuidade desta sessão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Peço que seja zerado o painel e convoco todos os deputados que se encontram no cafezinho, nos corredores, que estão atendendo as lideranças do interior, os deputados que estão atendendo os prefeitos que participaram do evento da UPB que venham dar quorum para a continuação da presente sessão.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. Clóvis Ferraz:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Questão de ordem, deputado Clóvis Ferraz.

O Sr. Clóvis Ferraz:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, entendemos que esses projetos que se encontram na Ordem do Dia são importantes e já deveriam ter sido votados há muito tempo. Não entendemos por que o nervosismo do deputado Zé Neto, dos deputados do PT...

O Sr. Zé Neto:- Nervosismo?!

O Sr. Clóvis Ferraz:- É. V.Ex^a. está nervoso, deputado Zé Neto. Eu entendo, é o resultado da pesquisa que coloca o ex-governador Paulo Souto bem na frente, tanto no primeiro quanto no segundo turno, para as próximas eleições para governador da Bahia. Em todas as simulações. E acho que isso deixou V.Ex^{as} um pouco exaltados.

Nobre deputado Zé Neto, V.Ex^a falou, bateu no governo passado, mas só se bate, só se critica quem está forte. V.Ex^a coloca dados totalmente refutáveis. V.Ex^a diz que o governo passado deixou convênios a serem saldados, já assinados mas não saldados. Mas sabe por que deixou, deputado Zé Neto? Porque o ex-governador Paulo Souto e futuro governador da Bahia trabalha com ética, com seriedade, com dignidade. Assinou os convênios mas, por causa do período eleitoral os convênios não foram liberados. Podia ter feito, porque ele deixou dinheiro em caixa, deputado. E V.Ex^a sabe muito bem disso. Os convênios assinados com a CAR, com a Companhia de Desenvolvimento Regional, todos eles tinham recursos em caixa, deputado. V. Ex^a sabe disso, por isso V. Ex^a não pode citar dados que não sejam verdadeiros.

Quanto a questão de hoje, não sei por que a preocupação dos deputados. E V.Ex^a, deputado Zé Neto, falou ali da tribuna que deu chabu a marcha de hoje dos prefeitos que vieram trazer reivindicações justas para seus municípios, devido a crise, devido a queda dos repasses para os municípios e devido principalmente, deputado

Zé Neto, às falsas promessas do presidente Lula. Ele prometeu um bilhão, mas até agora não saiu nada. O que vai acontecer nos municípios? A população cria expectativas, porque o presidente diz que está liberando, porque essa é uma tática desse governo e, para mim, é evidente que está fazendo aquilo que ainda está programando fazer. O governo do Estado está dizendo que o secretário empenhorou os recursos do Fundeb, empenhou, deputado, mas não liberou. Eu desafio aqui V.Ex^a a dizer que já foram liberados os recursos do Fundeb.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Para concluir, Ex^a.

O Sr. Clóvis Ferraz:- Liberou apenas uma pequena parte dos recursos de 2008. Eu desafio V.Ex^a, porque tenho contato com os prefeitos, não sei se V.Ex^a tem.

Por isso, entendemos esse nervosismo, mas, porque a Bahia, eu disse, aqui, ontem, que Paulo Souto não estava sendo lançado por partidos, por ninguém, Paulo Souto vai voltar ao governo da Bahia, porque o povo assim quer e as pesquisas estão demonstrando isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Estão presentes 21 Srs. Deputados. Não há expediente a ser anunciado. Não há manifestação de oradores no Pequeno Expediente.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):-Grande Expediente. Não há manifestação de oradores inscritos no Grande Expediente.

Horário das Representações Partidárias. Concedo a palavra ao Líder do governo e da Maioria ou Representante do PCdoB para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, falará por todo o tempo, o nobre deputado Javier Alfaya.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Pelo tempo de 10 minutos, com a palavra o deputado Javier Alfaya.

O Sr. JAVIER ALFAYA:- Sr. Presidente, Deputados, Deputadas, povo da Bahia que nos acompanha pela imprensa e pela *TV Assembleia*, ontem tive a oportunidade de comunicar aos companheiros que minha ausência na últimas duas semanas se deveu a uma cirurgia e de um período de descanso em função da operação, relativamente ao problema de circulação nas pernas, mas já me sinto em condições de contribuir com os trabalhos aqui na Assembleia. É com muito prazer que faço uso da palavra pela segunda vez, neste dia tão significativo, do qual houve uma movimentação, parece-me de 87 prefeituras das 417 que têm em nosso Estado, que aqui estiveram se manifestando. Acho que é uma manifestação que talvez precisasse definir melhor o seu foco, ouvi dizer que é uma manifestação contra a crise, contra a crise estamos eu, está o PCdoB, está o PT, está o deputado, presidente ad hoc desta sessão, não é isso, companheiro Fernando?

Contra a crise está Obama, contra a crise está o presidente do Irã, contra a crise

está a China, contra a crise está Fidel Castro, contra a crise capitalista, estão todos, a princípio e aparentemente.

Agora mesmo, deputado J. Carlos, vim de um seminário dos trabalhadores da construção civil no município de Mata de São João. Os companheiros da construção civil estão fazendo planejamento da ação sindical em 2009. O seminário da Federação dos Trabalhadores e do Sindicato Sintracon e lá, como V.Ex^a sabe, os sindicatos funcionam assim, organizam-se a partir de planejamentos e discussão, também, da crise. Então a crise e contra a crise estamos todos. Contra a crise está o prefeito João Henrique Barradas Carneiro, cuja esposa é nossa colega, deputada estadual, sempre presente nas comissões, principalmente.

Enfim, que novidade há em ser contra a crise, se todos são contra a crise? A questão neste momento é debater as raízes da crise e discutir, principalmente, as saídas imediatas e as saídas a longo prazo. As saídas imediatas, acho que o governo brasileiro, o governo Lula, o governo federal tem feito, tem adotado com relativo sucesso diante do aperto, digamos, do modelo econômico que o nosso governo Lula implementa que é, em boa medida sequencia daquilo que foi feito anteriormente. Em alguns aspectos foi, em outros, seguramente, é o contrário e é bastante diferente.

E dentro desses limites de modelo econômico, o governo Lula não tem, lá, grandes alternativas, a não ser adotar medidas de contenção de despesas em certos setores e de no caso das prefeituras adotar medidas de compensação para perda do Fundo de Participação dos Municípios, FPM, que decorre da queda de arrecadação de alguns tributos que formam o SACO, o fundo do fundo, digamos assim.

Mas os municípios baianos, companheiro Alexandre, que foi meu colega, vereador lá na Câmara durante alguns anos, vão receber um bilhão em investimentos, articulados pelo governador Wagner, pelo governo da Bahia junto ao governo federal e a diversas outras fontes de financiamento, inclusive em nível internacional. Portanto, o governo se mobiliza, age, não fica parado esperando as consequências da crise. O governo tem clareza da necessidade de reagir de imediato.

Eu até me lembrava, deputado Arthur Maia, não pude debater com V.Ex^a esses dias, de um discurso que V.Ex^a fez aqui na primeira legislatura, eu estou na segunda, acho que V.Ex^a está na quarta, V.Ex^a fez a defesa, com muita consistência, como é do seu perfil e feitio, da política econômica do presidente Fernando Henrique Cardoso, defendendo medidas que tinham sido adotadas anteriormente, etc, não especificamente apenas do governo, mas também fazia um balanço do cenário internacional, falava da economia vinculada à informática, à internet, ao índice nasdaq e etc, e eu me lembrava do discurso porque sei que V.Ex^a foi um dos que ajudou a articular a movimentação dos prefeitos, porque boa parte dessa quebradeira que nós temos agora é justamente consequência da política que o companheiro Arthur Maia defendeu aqui há cinco, seis anos, elogiando aquilo que tinha sido feito no governo Fernando Henrique Cardoso e aquilo que era um receituário, companheiro J. Carlos, dos economistas da época, que era o quê? A redução da presença do Estado na economia, a redução dos gastos de investimentos, privatização de empresas públicas, privatização e terceirização da administração de serviços públicos, venda de

empresas, como se tentou aqui na Bahia a Embasa, depois houve um recuo, como se fez com a Coelba, que se efetivou, como se fez com o Banco da Bahia, que acabou sendo feito, o Baneb foi para mão do Bradesco, por um encontro de contas, haver transação, inclusive, de depósito de moeda pela compra e venda.

Então, nós pagamos agora, e as prefeituras pagam agora, erros cometidos oito, 10, 15 anos atrás por um modelo que ruiu a partir da crise imobiliária, inicialmente imobiliária, nos Estados Unidos, que se transformou e revelou, na verdade, uma crise bancária e financeira que acabou revelando, como o companheiro Álvaro Gomes já deve ter dito aqui em alguns discursos, na revelação da crise estrutural do sistema, o que levou até o presidente Sarcozzi, da França, dizer que o capitalismo teria que ser reinventado, companheiro Pedro Alcântara, ele nem sequer disse que o sistema bancário teria que ser reorganizado, ele disse que o sistema capitalista tinha que ser reinventado, é a expressão do presidente de um dos países mais capitalistas do mundo, que é justamente a república francesa.

Então, V.Ex^{as}, com isso, percebem a gravidade, a extensão, a profundidade, a dureza da crise que redundava numa queda da produção econômica no país e redundava numa arrecadação diminuída dos impostos e que infelizmente redundava, traz como consequência uma diminuição dos repasses para os municípios, que não pode ser aceita, deputado Pedro Alcântara, como a nossa Juazeiro não está aceitando, porque, em primeiro lugar, qualquer administrador tem que reagir em favor do seu município; em segundo lugar porque o estado brasileiro e o Brasil, deputado Fernando Torres, V.Ex^a que é um homem também de negócio, de sucesso nos negócios, além de sucesso na política, sabe que nós somos um país que tem um superávit, somos um dos poucos países do mundo que trabalham com 4,5% de superávit primário, enquanto que na União Europeia os países trabalham com 2,5 de déficit, que é o que a União Europeia recomenda para todos os 27 países da sua articulação, 2,5% de déficit, não de superávit, e nós temos 4,5% de superávit. Isso nos deu retaguarda financeira, isso nos deu reserva de 200 bilhões de dólares, coisa inédita na história brasileira, Lula isso aconteceu.

Mas, por outro lado, fica aí a reclamação do nosso interior que precisa de recursos para melhorar as estradas, das nossas universidades que precisa de equipamentos, de melhores salários para os professores, de melhores prédios, de melhores salas de aula etc. Ficam aí as reclamações daqueles que querem melhores condições para a saúde, mais hospitais públicos, mais escolas técnicas federais, mais dinheiro para a agricultura familiar, mais dinheiro para melhorar os Correios - o companheiro Isaac é funcionário dos Correios -, empresa pública - e é fundamental - que precisa de apoio, precisa de retaguarda financeira para melhorar a velocidade na entrega. E ficam os portos brasileiros reclamando mais recursos, ficam os aeroportos a clamar que cheguem novos recursos para melhorar os equipamentos! Então, o País tem 4,5% do seu PIB de superávit e há enormes carências de investimentos em infraestrutura, em equipamentos para alavancar o progresso social, cultural e econômico do nosso País.

Por essa razão é que nós, do PCdoB, concordamos com essas medidas, por

exemplo, de redução do IPI, de compensações do que se diminui do FPM. Mas essas não são medidas, senhores que acompanham a sessão de hoje, não são medidas estruturantes, se tratam de medidas paliativas fundamentais, uma reação imediata do governo Lula e do governo Wagner. Precisamos complementar essas medidas, deputado Pedro Alcântara, com medidas de caráter mais profundo, a começar pela redução acelerada da taxa do Banco Central, a taxa Selic, que não pode continuar no patamar de 11,25% e não pode ser diminuída à velocidade lenta de 0,5 a cada reunião do Copom, em Brasília, ou mesmo de 1%.

É necessário dar um baque rápido na taxa de juros, cair a 3, 4% num golpe de 2, 3, 4% para que se possa ter taxa do Banco Central que permita a redução da taxa de crédito nas lojas que vendem para o povo brasileiro.

Quando alguém for comprar uma geladeira no novo Shopping Paralela, numa loja, tipo Insinuante, Ricardo Eletron etc, percebe que a taxa de juros anual chega à casa de 200%. Alguém compra uma geladeira com um preço à vista x, mas a prazo ao final de 12 meses acaba pagando x^2 .

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Para concluir, Excelência.

O Sr. JAVIER ALFAYA:- Por essa razão é que mesmo a taxa de juros central sendo rebaixada, enquanto não cair a taxa do crédito ao consumidor vamos ter problemas, deputado J. Carlos, ainda de recessão econômica, de ameaça de recessão econômica ou, pelo menos, de pouco crescimento econômico.

Vejo que chegaram alguns universitários, provavelmente estão acompanhando a sessão. Fico pensando, eu que fui presidente da União Nacional dos Estudantes – UNE, que a nova geração de universitários quando terminar o curso vai se deparar com o problema de um mercado de trabalho pequeno. Esse mercado só vai ser ampliado, só vai crescer se essas consequências imediatas, deputado Pedro Alcântara, para o consumidor e para a ponta da economia, para os nossos amigos da agricultura irrigada, lá dos diversos projetos de Juazeiro e cidades vizinhas, se esse pessoal sentir concretamente que nas suas vidas diárias pode fazer mais. É por essa razão que nós, do PCdoB, defendemos várias mudanças em nível da política econômica, a começar pela questão da taxa de juros.

Encerro dizendo, deputado Fernando, que concordo com o nosso governador Wagner na sua postura em relação aos pleitos das prefeituras. Vamos apoiar aquilo que vem como política de compensação do governo federal para a queda do FPM, para que dessa maneira nossas cidades não possam ser mais castigadas por uma crise que não foi criada pelo governo Lula nem por governos da América do Sul, mas, sim, principalmente, por uma crise que veio do lucro do mundo capitalista, que são os Estados Unidos da América do Norte.

Muito obrigado.

(Não foi revista do orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Com a palavra o Líder do governo e da Maioria ou representante do PSB para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, falará por todo o tempo o deputado Capitão Tadeu.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Com a palavra o presidente da sub-comissão de Segurança Pública, o deputado Capitão Tadeu, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. CAPITÃO TADEU:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, funcionários, baianos aqui presentes, em 2014 o Brasil vai sediar uma Copa do Mundo, e a Bahia pleiteia ser sede de uma das chaves.

Fui procurado, recentemente, pelo Dr. José Renato, promotor de Justiça, propondo que esta Casa abra um debate para discutir um projeto de lei sobre a segurança nos estádios.

Todos nós sabemos que, se houver violência nos estádios, a Bahia perderá a condição de ser indicada sede da Copa do Mundo. Todos nós sabemos que, se a Bahia for indicada sede da Copa em 2014, muitos recursos federais...

Sr. Presidente, aquela conferência ali está muito alta.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Gostaria de pedir silêncio aos Srs. Deputados e funcionários presentes. Há um orador na tribuna e gostaria de voltar o tempo do deputado Capitão Tadeu. Por favor, silêncio dos funcionários e dos deputados da Casa.

Com a palavra o deputado Capitão Tadeu.

O Sr. CAPITÃO TADEU:- Obrigado, Sr. Presidente.

Todos nós sabemos que, se a Bahia for indicada sede da Copa do Mundo, recursos federais virão para a área de metrô, transporte coletivo, malha viária, educação, saúde e segurança pública, principalmente. Toda a Bahia ganhará com isso. Mas, a violência nos estádios poderá atrapalhar esse projeto que vai trazer desenvolvimento para a Bahia. Por esse aspecto é que acatamos a proposta do Ministério Público, na pessoa do Dr. José Renato, promotor competente, ciente, dedicado, que acompanha a questão da segurança pública nos estádios, e nós, dentro da Comissão de Segurança Pública, presidida pelo nobre deputado João Carlos Bacelar, começamos a debater o tema. Já realizamos duas audiências públicas, vamos realizar, no dia 6 de maio, a terceira e vamos fazer audiências públicas nas cidades de Camaçari, Alagoinhas, Feira de Santana, Senhor do Bonfim, Juazeiro, Itabuna, Ilhéus, Conquista, Poções e Jequié, para ouvir a população, com sugestões sobre o projeto de lei para conter a violência nos estádios.

É um projeto de suma importância para a Bahia. Por isso que a Comissão de Segurança Pública está aberta para receber sugestões. Pelo cronograma vamos, no primeiro semestre, ouvir sugestões e, no segundo, apresentar a proposta.

Queria aqui registrar, Sr. Presidente, que no último domingo estive representando a Comissão de Segurança Pública no Estádio de Pituaçu para fazer uma vistoria nesse estádio, juntamente com o superintendente, Raimundo Nonato, mais carinhosamente chamado de Bobô. Quero dizer que saí impressionado, primeiro, com a qualidade do Estádio de Pituaçu, que realmente nos orgulha, pelo que está oferecendo ao mundo futebolístico baiano e brasileiro, boa qualidade.

Segundo, queria aqui fazer um registro muito especial ao superintendente da Sudesb, Raimundo Nonato, o Bobô, pela forma atenciosa, carinhosa, eficiente com que atendeu, deputado João Carlos, a comissão, recebendo-a na porta da Tribuna de Honra e andando por todo o estádio, mostrando as dependências, explicando e se colocando à disposição da comissão.

E disse a ele, deputado João Carlos Bacelar, pois ele o aguardou também, que ocorreu um problema em Camaçari e avisei que estaria representando V.Ex^a. Ele, de uma forma muito cortês, muito educada, muito gentil, mostrou todo o Estádio de Pituvaçu e se propôs a continuar no debate sobre esse projeto de lei.

Quero aqui registrar a minha felicidade de também ver a forma como a torcida do Bahia recebeu Bobô. Não conseguimos andar direito no estádio, com as palavras de carinho da torcida do Bahia para com Bobô. Fica aqui esse registro, os parabéns e o agradecimento ao Superintendente da Sudesb, o Bobô, pela forma como atendeu a comissão e prontificou-se a debater, a discutir o tema. Portanto, mais uma vez ficam aqui registrados os parabéns a Bobô, ao governo do Estado, ao governador Jaques Wagner pelo Estádio de Pituvaçu.

Esta Casa Legislativa, no segundo semestre, irá receber, deputado João Carlos Bacelar, um projeto de lei exaustivamente debatido com a sociedade para que mostremos à Bahia, ao mundo e ao Brasil que estamos preparados para receber a Copa do Mundo de 2014. Esta Casa Legislativa, na figura dos Srs. Deputados, estará cumprindo com o dever de preparar os caminhos, os horizontes e semear as condições para que a Bahia possa ter condição de receber a Copa do Mundo de 2014.

Era este o registro que gostaria de fazer para ficar nos Anais desta Casa sobre a importância do papel dos Srs. Deputados na discussão de uma lei de tamanha relevância para o futuro da Bahia. Obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Concedo a palavra ao Líder da Minoria ou representante do PTN para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Heraldo Rocha:- Falará por 5 minutos o deputado Gildásio Penedo e por 5 minutos o deputado Clóvis Ferraz. Se este não chegar, eu ocuparei o espaço.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Com a palavra por 5 minutos o deputado, ex-Líder da Minoria, Gildásio Penedo.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Imprensa presente, galeria, hoje o movimento patrocinado pela União das Prefeituras da Bahia deu uma grande demonstração, deputado Luiz de Deus, à Bahia e aos baianos de um sentimento que uniu a todos. Estranhei muito, quero dizer isso de público, a tentativa do governo ou pelo menos de parte do governo e de alguns partidos políticos, em especial do Partido dos Trabalhadores, de querer politizar esse movimento. Entendo que fracassou essa tentativa diante da participação maciça, deputado Isaac Cunha, de centenas de prefeitos das mais variadas cores partidárias, inclusive grande parte de partidos da base aliada.

Estivemos pela manhã nesse evento e percebemos a presença, deputado Álvaro Gomes, de prefeitos do PSB, de prefeitos do PSDB, de prefeitos do PR, do PT, prefeitos do PCdoB, deputado Javier Alfaya...

O Sr. Álvaro Gomes:- Do PCdoB?!

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- O prefeito de Brejões esteve presente ao evento hoje. Isso dá uma demonstração de que não há a intenção de se caracterizar o movimento como sendo político ou ideológico, para tentar enfraquecer ou fortalecer determinado grupo político. O que uniu todos naquele momento, deputado Javier Alfaya, e, evidentemente, não é uma luta, e eu seria inconsequente até de dizer que é em função de uma distorção da atual realidade política do nosso País, foi a desastrosa e equivocada distribuição de receitas no pacto federativo. V.Ex^a deve saber que 65% de todos os recursos estão concentrados nas mãos do governo federal; 25%, nas mãos dos estados e 15%, apenas, nas mãos dos municípios. Entendo como extremamente equivocada e desastrosa essa tentativa do governo, pelo menos em parte dele, de querer desestimular esse evento. Quero fazer uma justiça aqui: se há nesse governo uma virtude, e isso é reconhecidamente dito pelos que convivem muito de perto com o governo, é a capacidade, deputado Heraldo Rocha, do diálogo, das discussões.

Poderia o governo neste momento, ter os prefeitos como aliados no sentido de ser o grande interlocutor junto ao governo federal na tentativa de poder solucionar. Perdeu o governo a oportunidade, deputado Heraldo Rocha, de ser o grande capitão desse processo. Seria um grande equívoco dizer, como alguns tentaram, que não houve o desestímulo de diversos setores, isso não é verdade. Houve, sim, deputado Pedro Alcântara, movimentos claros de diversos segmentos e partidos, principalmente das suas direções partidárias, no sentido de desestimular a vinda dos prefeitos a esse movimento para francamente colocarem para a Bahia e para o Brasil a necessidade premente da revisão do pacto federativo.

Quem conhece a realidade, deputado Javier Alfaya, e me espanta muito os tipos de pronunciamento que acompanhamos aqui de “louvação”, ou de querer, pelo menos, diminuir o gesto dos prefeitos nesse momento. O que esperávamos era, no mínimo, um gesto de solidariedade para com aqueles que, efetivamente, estão na ponta da atividade política que são os prefeitos que recebem no dia a dia, deputado Javier Alfaya. Nós aqui estamos muito mais preservados, até pela própria distância, mas são os prefeitos estão nas localidades a receberem constantemente a cobrança da população para melhoramento da qualidade da Saúde, da Educação, do transporte escolar. Portanto é lamentável ver aqui essa postura.

Quero dizer que o governo, deputado Arthur Maia, e aqui digo como opositorista...

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Para concluir, excelência.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Se esse governo tem virtudes, como dizem, uma delas é o diálogo. Perde o governo quando fecha as portas, partidariza e politiza o movimento. O resultado hoje foi a presença de quase duas centenas de prefeitos de todas as cores partidárias, do PCdoB ao PMDB, porque, nesse momento,

o que os une é o sentimento de defesa dos interesses da Bahia e, principalmente, dos seus municípios.

Portanto lamento a postura de alguns deputados que ao invés de tentarem defender a sociedade baiana, os seus representantes que os ajudaram, deputado Fernando Torres!... Nós todos aqui, de certa forma, somos devedores dos prefeitos, vereadores e, principalmente, da população que nos ajudaram a chegar nesta Casa. E, infelizmente, deputados estiveram aqui tentando diminuir um gesto que não foi político, não foi partidário, mas foi, sim, em defesa dos princípios democráticos, em defesa dos interesses dos municípios da Bahia.

Portanto lamento dizer que quem ganhou neste momento e a resposta foi dada com essa movimentação extremamente expressiva de todas as matizes partidárias que compõem o quadro político da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Concedo a palavra ao Líder da Minoria, deputado Heraldo Rocha, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, teleouvintes da *TV Assembleia*, radiouvintes da *Radio Oposição*, é com tristeza que assistimos alguns parlamentares do governo assomarem a esta tribuna para criticar o grande movimento dos prefeitos coordenado pelo jovem que já está se destacando como uma das lideranças da Bahia, o presidente da UPB, Roberto Maia, que num discurso sereno, ético, técnico, mais sobretudo profundo, mostrou, hoje, na UPB, a real situação dos municípios do Estado da Bahia.

Fico triste, Sr. Presidente, e faço minhas as palavras do deputado Gildásio Penedo, que os parlamentares do governo venham a esta tribuna criticar esse movimento.

Afirmo, usando uma expressão popular, que deram um tiro no pé, nobre deputado Arthur Maia, nobre deputada Maria Luiza, o seu esposo, prefeito da nossa cidade, lá esteve e fez um pronunciamento contundente, mas também ético, mostrando a realidade por que passam os municípios do Brasil e da Bahia.

O que nos entristece é que, enquanto a UPB entra nessa luta para a contratação dos Srs. Delegados concursados, com o curso da Acadepol realizado há mais de 1 ano, o governo quer aprovar nesta Casa mais um trem da alegria, que é a CGE, para a qual serão criados 42 cargos comissionados. Repito, 42 cargos comissionados! Querem colocar os militantes nos cargos comissionados, por isso não vão chamar os delegados.

O prefeito de Maiquinique, cidade do Sudoeste que tenho a honra de representar, queixava-se de que não havia delegado de polícia nem viatura no município. Governador, o senhor gosta muito de viajar – aprendeu, talvez, com o presidente Lula –, então viaje bastante. Agora, administre a Bahia, tenha amor a este Estado que o elegeu no primeiro turno.

É por isso, Sr. Presidente, deputado Fernando Torres, que as pesquisas estão aí.

E não precisa ir muito longe. Tenho viajado sempre, estive no Sudoeste da Bahia; na semana passada, em companhia dos deputados João Bacelar e Capitão Tadeu, fui a Valença, onde realizamos uma excepcional audiência pública para discutir a segurança pública na Costa do Dendê. Nessa audiência, que foi presidida pelo competente parlamentar João Bacelar, a população se manifestou e disse que não há segurança pública lá. Todos afirmaram isso, a população, os vereadores, as lideranças comunitárias.

O próprio representante da Polícia Militar nesta Casa, o Capitão Tadeu, afirmou mais uma vez, na sua coerência, que a Bahia não tem segurança pública. E eu vou provar, Sr. Presidente, o que está acontecendo com os Srs. Prefeitos. Isto aqui (mostra um documento) não é documento falso, não! É de um delegado de polícia colega de V.Ex^a, deputado Gilberto Brito.

(Lê) *“Por meio da presente venho informar que esta unidade policial recebe cota mensal de combustível no valor de R\$ 300,00 para abastecer a viatura policial, que por sua vez é insuficiente para atender as diligências policiais.”*

Esta correspondência, Sr. Presidente, foi enviada ao prefeito. Aí vem uma relação de material que o delegado pede ao chefe do Executivo municipal: extrator de grampo, caneta preta e azul, borracha, corretivo, fita adesiva, caixa de disquete, bloco para notificação, classificador, caixa de carbono.

Amanhã, perguntarei ao Exm^o Sr. Secretário da Segurança, que foi convocado por esta Casa: “Olhe aqui, Sr. Secretário, isso é verdade ou é mentira?” É assim que está, Sr. Presidente, para concluir, a situação da segurança pública no nosso Estado. Quem tem razão é o deputado Capitão Tadeu quando diz que na Bahia não há segurança pública.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Gostaria de agradecer a visita dos estudantes da Faculdade Área 1-FTE – Gestão Ruy Barbosa.

Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou o do Bloco Parlamentar PDT/PSC/PRP para falar ou indicar o orador pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, o deputado Arthur Maia falará por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Com a palavra, por 8 minutos, o nobre deputado Arthur Maia.

O Sr. ARTHUR OLIVEIRA MAIA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, o assunto que domina o debate nesta tarde é a manifestação que aconteceu hoje aqui no Centro Administrativo, promovida pela União dos Municípios da Bahia, que trouxe do interior de nosso Estado cerca de 270 prefeitos que vieram aqui trazer as suas reivindicações. Acompanhei de perto esse movimento, estive desde a UPB até aqui em frente a Assembleia esperando os prefeitos chegarem, acompanhei-os até o gabinete do presidente, que também recebeu um documento para ser encaminhado ao governador da Bahia. Voltei à UPB para participar do almoço que lá foi realizado.

Devo dizer, Sr. Presidente, que não observei, durante todo o movimento, meu caro Líder Waldenor Pereira, desde os discursos proferidos na sede da UPB às entrevistas concedidas pela várias lideranças municipalistas presentes, absolutamente nenhum ato de contestação, de oposição ao governo que V.Ex^a representa nesta Casa.

Mas quero dizer também, meu caro Líder, meu caro deputado Javier Alfaya, companheiro e líder estudantil de longas e antigas batalhas, meus caros deputados, que, como deputado que militou nesta Casa durante muito tempo na Oposição, uma Oposição sempre realmente irmanada com o Partido dos Trabalhadores, que aprendi muito com o Partido dos Trabalhadores, com a capacidade que V.Ex^{as}. têm de promover o debate, a discussão.

Aprendi com o partido dos Trabalhadores também a prática democrática que V.Ex^{as} tanto desenvolveram na política no nosso Brasil, no nosso Estado e, sobretudo, a importância que tem, para nós políticos, a capacidade de sabermos pactuar, entender que na divergência é possível se construir o entendimento, o acordo, porque, se observamos bem, meu caro Líder, na nossa sociedade as relações se estabelecem muito mais pela força do que pela concordância, e isso é um fato que acontece nos campos político, econômico e, às vezes, até no familiar. Mas devo dizer aqui, alto e bom som, que a minha feliz e honrosa convivência com V.Ex^{as} me fez avançar muito na capacidade de saber pactuar, entender, conciliar as diferenças.

De sorte, meu caro Líder Waldenor Pereira, que, realmente, não posso compreender, nem assimilar a atitude – não vou dizer do governo, porque não vi nenhuma manifestação expressa do governador nessa direção – do secretário de Relações Institucionais, Dr. Rui Costa, dizendo que o ato da UPB era de oposição ao governo e ao governador Jaques Wagner.

Não consigo compreender essa posição, meu caro Líder, porque, há um mês, essas mesmas reivindicações que o municipalismo faz hoje em razão da crise, as quais estão relacionadas ao âmbito da União, foram encaminhadas ao presidente da República, e a Brasília se dirigiram milhares de prefeitos de todo o Brasil, onde foram recepcionados pela presidência da República, entraram em acordo, e as negociações avançaram.

Em virtude do que ocorreu em Brasília, deputado Pedro Alcântara, o presidente da República determinou que R\$ 1 bilhão fosse repassado aos municípios para compensar o FPM e que fosse assegurado, em 2009, pelo menos aquilo que nominalmente foi pago no ano passado. Não é o ideal, mas é um avanço.

A renegociação da dívida do INSS em 240 meses, que é importante, foi concedida pelo presidente da República. É verdade que essa renegociação não está ainda nos moldes que o municipalismo deseja, mas foi dado o primeiro passo, e está lá a Medida Provisória, que deve ser votada hoje pela Câmara Federal. Esperamos que seja possível avançar ainda mais nessa direção.

Quero dizer, portanto, que o governo federal não entendeu a manifestação dos prefeitos como um ato de oposição ao presidente Lula nem ao seu governo, mas, aqui na Bahia, não sei por que motivo, o secretário Rui Costa, numa infeliz declaração, concebeu a manifestação dos prefeitos como um ato de oposição ao governo Jaques

Wagner.

Será, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, que quando um prefeito vai ao governador e diz: “Estou reivindicando um delegado de polícia para o meu município, porque lá não existe nenhum” – e são 140 municípios no Estado sem delegado de polícia! – ele está cometendo um ato de oposição ou cumprindo com o dever dele?

Será, deputado Misael, que quando um prefeito se dirige ao governo da Bahia e diz que o transporte escolar do 2º grau no seu município está sendo todo custeado pela prefeitura porque o governo do Estado não está repassando a verba – e não está mesmo, é a mais absoluta verdade –, isso é um ato de oposição ou é uma obrigação do prefeito? Quando os prefeitos se dirigem ao governo da Bahia e dizem: “Olha, nós, prefeitos, estamos pagando R\$ 15 mil por cada PSF, o governo federal paga mais R\$ 4.500 e o governo da Bahia dá apenas R\$ 1.500, e sempre atrasado, precisamos aumentar, vamos discutir a possibilidade de ampliar”, isso é um ato de oposição, deputado Javier Alfaya, ou é uma tentativa de fazer uma conversa, de promover um entendimento sobre as necessidades reais do município?

Pelo amor de Deus! Será que estou tendo algum tipo de alucinação ou será que as pessoas perderam a noção da razoabilidade? Não vi e desafio, porque acompanhei ao longo de toda a manhã a manifestação dos prefeitos, não vi, meu caro Líder, nenhum aspecto de oposição. Leve essa mensagem ao governador Jaques Wagner, figura pela qual, pessoalmente, tenho maior respeito. Leve a ele essa informação. Aqueles que disserem a ele que foi atacado hoje nessa manifestação está mentido. Não houve nenhum ataque ao governador. O que houve foi a apresentação de uma pauta de reivindicação, justa, honesta, decente e sobretudo verdadeira do municipalismo da Bahia.

E aqui, portanto, meu caro Líder Waldenor Pereira, eu, que votei em Jaques Wagner para governador, diferentemente de muitos que hoje o apoiam – eu votei, subi no palanque, participei da campanha dele –, faço um apelo a V.Ex^{as}: retornem ao espírito político dos senhores, à capacidade de pactuar, à capacidade de conversar, à capacidade de se entender. A beleza do seu partido, a história do seu partido, sempre foi calcada nessa grandeza, e disso V.Ex^{as} não podem abrir mão, sobretudo agora, com as responsabilidades que têm de governar a Bahia.

Era nesse sentido que eu queria me pronunciar e dizer a todos os prefeitos da Bahia que estão de parabéns pela extraordinária manifestação que realizaram no dia de hoje.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Concedo a palavra ao nobre Líder do PR para falar ou indicar orador pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Pedro Alcântara:- Usarei todo o tempo, Sr. Presidente.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado João Carlos

Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Sr. Presidente, são importantíssimos esses dois projetos de lei que estão na Casa. O Líder do governo derrubou a sessão ordinária para que houvesse quorum, para que a sessão extraordinária fosse realizada imediatamente, e até o momento o Plenário está vazio, não havendo os 21 Srs. Deputados para a continuidade da sessão. Por isso, faço essa questão de ordem.

O Sr. Waldenor Pereira:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Waldenor Pereira.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, tendo em vista a iniciativa do deputado João Carlos Bacelar, quero, mais uma vez, convocar todos os Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas da nossa Bancada para se fazerem presentes.

Quero, inclusive, parabenizar o deputado Paulo Câmera, que acaba de chegar, aniversariante no dia de hoje, e também cumprimentar o deputado Emério Resedá. Eles são unidos até no aniversário. Emério Resedá e Paulo Câmera aniversariantes, e Nelson Leal, cujo o dia natalício está próximo.

Portanto, queria convocar os deputados e deputadas da nossa Bancada para se fazerem presentes ao Plenário, tendo em vista a solicitação de verificação de quorum para continuidade da presente sessão, iniciativa do deputado João Carlos Bacelar.

Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas da nossa Bancada, dois projetos se encontram na Ordem do Dia para a apreciação desta Casa no dia de hoje. O primeiro deles trata da Olimpíada de 2016. O nosso País está concorrendo a ser sede das Olimpíadas de 2016, por isso convocamos, convidamos todos os colegas deputados e deputadas da nossa Base a se fazerem presentes neste Plenário, tendo em vista a solicitação de verificação de quorum para a continuidade da presente sessão.

É muito importante que os colegas imediatamente se desloquem dos seus gabinetes, das demais dependências desta Casa Legislativa, pois há uma solicitação de verificação de quorum para a continuidade da presente sessão e precisamos de 21 Srs. Deputados presentes ao Plenário.

São dois projetos importantes, o da Olimpíadas de 2016 e outro que institui a bolsa-auxílio nas universidades estaduais da Bahia. Por isso, Sr. Presidente, convidamos todos os colegas deputados e deputadas da Situação, da Bancada do governo a se deslocarem imediatamente até o Plenário, pois há uma solicitação de verificação de quorum para a continuidade da presente sessão.

São dois importantes projetos de interesse do nosso governo, de interesse da Bahia, O primeiro institui a bolsa-auxílio nas universidades estaduais. O segundo, que trata da organização do nosso Brasil para concorrer à condição de país sede dos Jogos Olímpicos de 2016, portanto, o projeto adéqua o Estado da Bahia às normas e requisitos estabelecidos pelo Comitê Olímpico Brasileiro. Por isso, quero conclamar, convocar, convidar todos os deputados e deputadas da nossa Base para imediatamente se fazerem presentes ao Plenário.

Dois importantes projetos precisam ser apreciados e votados. Portanto, solicitamos a todos os colegas da Base do governo que se encontram em seus

gabinetes, na biblioteca, no salão ao lado deste Plenário e nas demais dependências, assim como atendendo às lideranças, para imediatamente se deslocarem ao Plenário.

Sr. Presidente, solicito de V.Ex^a que o painel seja zerado e definido o tempo de 15 minutos, tempo regulamentar estabelecido em acordo pelo Colégio de Líderes, para que possamos restabelecer o quorum necessário para a continuidade da sessão.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados que se encontram na sala do cafezinho, no Salão Deputado Nestor Duarte, na biblioteca, em seus gabinetes recebendo lideranças comunitárias, prefeitos e vereadores, solicito que venham para o Plenário, pois há um pedido de verificação de quorum para a continuidade da presente sessão, solicitado pelos deputados João Carlos Bacelar e Waldenor Pereira.

Solicito que o painel seja zerado e que sejam marcados os 15 minutos.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. Javier Alfaya:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem o deputado Javier Alfaya.

O Sr. Javier Alfaya:- Sr. Presidente, esses dois projetos que estão para ser apreciados e votados hoje são de grande importância. O primeiro deles é que eu quero comentar é o relativo à bolsa-auxílio para as atividades dos professores da Uneb, Universidade do Estado da Bahia, e demais universidades Estaduais, Universidade de Feira de Santana, Universidade do Sudoeste e Universidade Santa Cruz.

Eu, que acompanho e faço parte da luta universitária desde os primórdios da minha vida política, desde 1975, quando entrei, na condição de estudante na Faculdade de Arquitetura da UFBA, vejo com grande simpatia essa iniciativa do governador Jaques Wagner, a materialização de um pleito, de um pedido, de uma reivindicação histórica da docência, dos pesquisadores das 4 universidades estaduais, que militam em condições, muitas vezes, dificílimas para fazerem as atividades de pesquisa e outras atividades acadêmicas.

Portanto, é importante toda e qualquer medida que venha no sentido de ajudar, contribuir, facilitar e melhorar do ponto de vista salarial e das condições materiais a realização dos trabalhos de estudo e desenvolvimento de experiências, tais como, consulta a bibliotecas, utilização do potencial que a Internet propicia e tantos outros. Tudo isso é uma necessidade que os nossos pesquisadores e pesquisadoras precisam ver atendida.

O governo está de parabéns pela iniciativa, assim como a Secretaria da Educação, o secretário Adeum Sauer, o nosso governador e toda a equipe que elaborou esse projeto ao lado da equipe de comando e direção das 4 universidades estaduais.

Deputado Marcelo Nilo, eu gostaria de reafirmar e chamar a atenção dos Srs. Deputados e Deputadas, no tempo maior que me cabe, na condição de deputado, arquiteto e militante das causas da reforma urbana, da luta pelo planejamento urbano e democrático, de que a briga pela realização, na nossa capital e na Bahia, de maneira geral, de grandes eventos esportivos internacionais, a exemplo da Copa do Mundo e das Olimpíadas que se pretende disputar em 2016, são de grande importância.

Esses eventos internacionais passaram a ser motivo, quase que a locomotiva para intervenção em regiões de diversos países, deputados Marcelo Nilo e Gildásio Penedo, trazendo enormes consequências positivas para essas nações. Foi o caso de Barcelona, é o caso de Londres, futura sede de grandes eventos esportivos internacionais, que passa por uma reformulação urbana histórica, bem como é o caso das cidades da África do Sul que se preparam para receber a próxima Copa do Mundo, é o caso também de outras tantas cidades que se mobilizaram, juntamente com seus governos nacionais, governos de municípios próximos, de regiões metropolitanas e das próprias administrações municipais, onde estão localizados esses equipamentos, tudo isso numa espécie de grande mutirão nacional para melhorar a infraestrutura.

A Bahia está precisando muito disso, Salvador precisa resolver gravíssimos problemas estruturais, e precisamos mobilizar não apenas a cidade de Salvador, deputado Gildásio Penedo, sei que V.Ex^a é um homem mais vinculado ao sertão, mas quero lhe chamar atenção sobre a importância de debatermos o planejamento metropolitano.

Temos uma região metropolitana oficialmente reconhecida, a Região Metropolitana de Salvador, composta de 13 municípios, e estamos à beira da criação da Região Metropolitana de Ilhéus, vinculada a Itacaré e outros municípios, na medida em que a ferrovia Oeste-Leste vai desembocar naquela altura do litoral baiano, e teremos também naquela região, deputado, V.Ex^a que foi, como alguém disse, ex-Líder da Minoria, além da chegada da nova ferrovia, maior investimento do nosso Estado, um novo aeroporto, o que faz com que a discussão do planejamento metropolitano ou regional da área de Ilhéus, Itacaré e outros municípios vinculados a esses 2 próximos chame a atenção para a necessidade de o governo da Bahia, que já está respondendo a isso, se debruçar sobre os problemas do planejamento fora do município. E nesse sentido, deputado Marcelo Nilo, nossas comissões aqui na Assembleia ainda são muito pouco presentes e interessadas nessa temática.

Então, a Assembleia Legislativa não vai discutir problemas internos de cada município individualmente, mas a Assembleia Legislativa deve discutir aquilo que lhe é típico e natural, que são os problemas extra municipais e intermunicipais, como é o caso do planejamento de regiões metropolitanas, seja Salvador ou da nova região metropolitana que está se constituindo ao redor e vinculada à cidade de Ilhéus. Por esta razão é que acho de grande importância essa conclamação do nosso líder Waldenor para que nós votemos favoravelmente aos projetos do nosso governador Jaques Wagner.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Tendo em vista que há quorum para a continuidade da sessão, horário do PR. O deputado Pedro Alcântara é o orador, V.Ex^a tem 8 minutos.

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, imprensa, aqueles que ainda nos honram com suas presenças, segundo o brilhante deputado Arthur Maia, a sessão de hoje está pautada na marcha, intitulada

pela UPB, dos prefeitos que visitaram a Governadoria e esta Casa, nada mais justo do que essas visitas procedentes de uma entidade política.

Mas, Sr. Presidente, nós que já estamos nesta Casa há algum tempo e representamos alguns municípios, na história da política, pelo menos nesses 20 anos que aqui estou, o prefeito sempre foi o primo pobre da história. Todos nós sabemos, quase todos os deputados já proferiram aqui desta tribuna, que o cidadão não mora no País nem no Estado, mora no município. E os prefeitos peregrinam nos nossos gabinetes, nos gabinetes dos secretários, todos os governadores, sem exceção, atrás de alguns recursos para complementar as suas ações nos seus municípios. E não é diferente também a nível do governo federal historicamente, não é de agora, atrás de emendas de senadores e de deputados federais, um favor de um ministro, do próprio presidente da República para alguma obra importante no seu município. Esta tem sido a história, meu caro líder, meu caro deputado, da política brasileira.

O prefeito é a figura mais cobrada, porque mora no município, é com quem o eleitor tem muito mais contato direto, mais do que com o governador ou com o presidente da República. Enfim, é aquele que tem que tomar conta de tudo no município, embora nem sempre seja de responsabilidade dele. Isso acontece em todos os municípios do Brasil, com várias exceções. E alguns que porventura têm muitos recursos e que usam mal, como é o caso de São Francisco do Conde, nunca entendi a política daquele município, que é o município que recebe mais dinheiro per capita no país, e sempre com problema, nunca consegui entender.

Então, essa questão, entendo que a UPB tem que ser a casa dos políticos, não a casa da política partidária, porque ela é plural, porque é uma entidade que congrega e agrega os prefeitos de todos os partidos. Muito justa qualquer ação, mas que não seja uma casa d política partidária e sim uma casa dos políticos.

Entendo também que qualquer partido, achando que já cumpriu o seu dever em relação a essa questão, poderá solicitar aos seus prefeitos participar ou não, é questão de fórum íntimo de cada partido. O nosso partido, o Partido Liberal, teve prefeitos que foram e outros não, ficaram à vontade.

Nós, como Bancada Independente aqui nesta Casa, temos liberado a Bancada, mas temos votado com o governo, em momento algum nenhum representante do governo, ou o seu Líder aqui nesta Casa ou o secretário ou o próprio governador nos pediu para interferir nesse movimento. Justiça seja feita. Em nenhum momento nós fomos procurados para agir no sentido de contribuir ou não com este movimento. Absolutamente não houve interferência do governador Jaques Wagner numa ação direta. Se o partido do presidente da República acha que o governo Lula e o governador já atuaram em relação ao atendimento dessas questões, é problema do partido, não é problema do governo como um todo.

Agora, o que estou falando a respeito desse assunto é que essa pauta de reivindicação dos Srs. Prefeitos não seria a ideal e a adequada, se considerarmos o histórico dos problemas que eles vêm sofrendo. Dizia o grande baiano Josaphat Marinho, um dos homens mais íntegros entre os que já passaram por esta Casa, um dos mais importantes senadores do Brasil, que este País não tem solução se não

houver uma reforma tributária. A solução não está em medidas emergenciais – até porque algumas já foram feitas pelo governo –, não está no INSS. É um problema histórico.

Agora, não resta dúvida de que quiseram politizar esse ato, em busca de dividendos. Se alguém quis tirar dividendos políticos dessa questão, poderá até ter tirado. Mas, em termos da pauta de reivindicação, não é a solução para os municípios. Os Srs. Prefeitos, que estão com força política total porque são recém-eleitos, devem cobrar dos seus deputados federais, dos seus partidos, uma reforma tributária para já, senão não tem solução para os municípios.

O que acontece no nosso País? Os responsáveis por esta situação, na verdade, são os grandes partidos, porque, na hora que termina a eleição para presidente da República, em vez de cobrarem uma solução para o Brasil, apoiam o governo em troca de ministério ou diretorias fortes para suprirem suas necessidades de ordem partidária ou, talvez, pessoal.

É assim a nossa política. Não há, realmente, um grande pacto dos grandes partidos políticos, daqueles que têm maioria no Congresso Nacional, para que se faça uma reforma tributária que atenda as necessidades dos municípios, e assim eles não fiquem sobrecarregados. Essa é a solução, meu caro Líder Waldenor Pereira, não é com remendos, não. Não é, simplesmente, o problema de transporte escolar, da renegociação da dívida com o INSS, do FPM - Fundo de Participação dos Municípios. Não é só isso, não. São necessárias várias outras iniciativas, é preciso muito investimento para que cada município seja contemplado com os recursos que merece.

Há uma discriminação no repasse do ICMS! Depois que estou nesta Casa, só vi um projeto nesse sentido, que foi do deputado Zé Nunes. E agora vem o nobre deputado Gildásio Penedo trazer essa questão para esta tribuna. Se quisermos fazer uma política séria em nível das Câmaras, da UPB, das Assembleias, do Parlamento federal, do Senado e dos Executivos federal e estaduais, vamos fazer uma reforma tributária justa e honesta para atender as reivindicações de cada município, de cada cidadão e de cada cidadã.

Essa é a história. Então, para mim, essa marcha é evidentemente de ordem política. Ouvimos pronunciamentos manifestando os interesses das partes. Não estava aqui hoje porque estava fazendo uns exames, mas poderia estar na rampa recebendo essa marcha ou até ter participado dela. Essa é uma questão de fórum íntimo de cada um. E queria parabenizar o prefeito de Salvador, João Henrique, pelo seu pronunciamento ético e oportuno em relação a essa questão.

Ele tem consciência de como se resolve os problemas dos municípios, tanto das capitais quanto dos mais distantes, como a minha querida Campo Alegre de Lourdes, que vive a necessidade de uma educação melhor, de uma saúde melhor, de uma segurança melhor, de uma infraestrutura melhor. A respeito da transposição do Rio São Francisco, sempre digo e repito – esta Casa está silente sobre disso – que não tem revitalização daquele rio, iniciativa que realmente deveria acontecer, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Para concluir, Sr. Presidente, quero ainda falar sobre dois temas. O primeiro é a respeito da segurança, tendo em vista que um deputado disse aqui – não sei se foi Heraldo Rocha ou Gildásio – que o Capitão Tadeu afirmou que não existe segurança. Realmente esse é um problema muito difícil e complexo, mas eu quero agradecer ao governador Jaques Wagner por ter concedido à Polícia Civil de Juazeiro quatro viaturas, e agora, no próximo dia 30, dará mais quatro à Polícia Militar. Ainda é pouco? É, mas já melhora muito a atenção dada a essa área.

Com a sua tolerância, Sr. Presidente, para concluir, quero me dirigir àqueles que falaram aqui sobre pesquisa. Temo muito esse tema, porque fiquei bastante decepcionado com a pesquisa da eleição passada entre Paulo Souto e Jaques Wagner, porque tinha certeza, pelas pesquisas, de que o governador Paulo Souto seria eleito, e a surpresa veio. Então não acredito em pesquisa neste País, principalmente neste momento, pois, para mim, elas não despertam nenhum interesse a não ser 30 ou 45 dias antes das eleições.

Todas as pesquisas apontavam a derrota de João Henrique para prefeito de Salvador, entretanto ele foi eleito. Então, pesquisa pode servir até de discurso, mas não é parâmetro para eu julgar quem ganhará as eleições tanto para o governo estadual quanto para o federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder de PSDB/PT do B/ PSL/PTB para falar, ou indicar o orador, pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, falará, por todo o tempo, o nobre deputado Fábio Santana.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre deputado Fábio Santana, pelo tempo de até 8 minutos.

O Sr. FÁBIO SANTANA:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, hoje abrimos a nossa Comissão de Educação, normalmente, às 11 horas. Essa comissão, Sr. Presidente, se torna uma das mais atuantes na Assembleia Legislativa, porque iniciamos os nossos trabalhos sendo procurados, de imediato, por diversos segmentos da rede estadual de ensino, isto é, das escolas da rede pública estadual.

Inicialmente, foram 21 dirigentes de escolas de Cajazeiras e representantes das Universidades Estaduais da Bahia que nos procuraram, Sr. Presidente, no intuito de resolver um grave problema que afeta, hoje, a rede estadual, que é a falta de professores em sala de aula.

De imediato, procuramos o secretário da Educação, professor Adeum Sauer, que recebeu muito bem a Comissão de Educação e justificou-se dizendo que a falta de professores em sala de aula, na rede pública, tanto no ensino Médio como no ensino Superior, é causada por uma série de fatores, a começar pelas aposentadorias que se antecedem e que todo final de ano são um problema. Por isso, há um prejuízo no que diz respeito à programação para o ano letivo. Por outro lado, Ministério Público, recentemente, se posicionou contra uma formatação que era praticada há

muitos anos, e não só neste governo, que diz respeito ao PSTs, que são contratos temporários em que os diretores de colégios tinham a liberdade de contratar professores, minimizando com isso o problema.

Baseados nessas argumentações do professor Adeum, procuramos o Ministério Público – e aí gostaria de elogiar todos os deputados que participaram das discussões na Comissão de Educação, em especial da deputada Eliana Boaventura por ter-nos acompanhado ao Ministério Público, onde, em duas reuniões, mantivemos contato com o Dr. Lidivaldo Britto no sentido de que venha a ser dada uma solução para que haja uma maior flexibilidade daquele órgão, que era radicalmente contra a contratação temporária de professores através dos PSTs.

Para as duas reuniões foi convocada a Dr^a Rita Tourinho, que é responsável pela pasta que se refere à educação no Ministério Público, que, compreendendo a situação, está mais flexível no sentido de consentir que haja um modelo de REDA simplificado para que a SAEB, num trabalho conjunto com a Secretaria da Educação, possa efetuar as contratações de professores para preenchimento de 3.000 mil vagas a fim de ajudar os alunos e não haver prejuízo no ano letivo.

São ações, Sr. Presidente, que a Comissão de Educação promove no intuito de ajudar o Exm^o Sr. Governador, Dr. Jaques Wagner, porque não temos o poder de solucionar essas pendências, mas sim de criar um elo e tornar possível a comunicação de todos os segmentos que nos trazem esses problemas, e com isso acharmos soluções. E é o que está sendo feito.

É por isso que eu torno a dizer que esta comissão está muito bem composta, porque todos os deputados interessados estão nela para ajudar o governo do Estado.

O projeto que está para ser votado hoje, que estabelece o bolsa-auxílio para as universidades estaduais da Bahia e para a rede estadual de educação básica, é importante e terá o nosso apoio, terá o nosso voto, porque significa muito para o Ensino Superior e para a Educação Básica no Estado da Bahia.

É uma reivindicação de muito tempo do corpo docente. Mas hoje o governador Jaques Wagner, através do encaminhamento desse projeto a esta Casa, atende aos anseios dessa classe, dessa categoria, mostrando mais uma vez que o governo do Estado prestigia os profissionais da educação.

Como presidente da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa, só tenho que parabenizar o governador e o nosso secretário, professor Adeum Sauer, e dizer que estaremos sempre, Sr. Presidente, ajudando o governo no que for necessário para que a educação na Bahia fique cada vez mais fortalecida; para que o Estado da Bahia possa vencer os obstáculos, as barreiras e os problemas, e se tornar, dentro em breve, uma referência no Brasil em termos de educação.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (J. Carlos):- Concedo a palavra ao nobre Líder do governo e da Maioria, ou o Líder do Bloco Parlamentar PP/PMN/PRTB, para falar ou indicar orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, falará por todo o tempo o deputado Gilberto Brito.

O Sr. PRESIDENTE (J. Carlos):- O deputado Gilberto Brito, pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. GILBERTO BRITO:- Presidente J. Carlos, o tema palpitante de hoje foi a marcha dos prefeitos na busca de solução para os seus problemas, deputada Fátima Nunes, e eu trarei aqui hoje algo que também precisa de solução, dada a crise que assola a área que eu que irei abordar.

Hoje é o Dia Nacional da Caatinga...

A Sr^a Deputada Fátima Nunes:- Parabéns!

O Sr. GILBERTO BRITO:- (...) instituído por decreto presidencial em 2003. A data foi escolhida por ser também (lê) “(...) *João Vasconcelos Sobrinho, pioneiro nos estudos ambientais no Brasil, quem primeiro nos alertou sobre os processos de desertificação no semiárido brasileiro.*

No seu dia, a Caatinga não tem muito a festejar. Exclusivamente brasileiro e principal bioma da região nordeste, a Caatinga ocupava mais de 10% do território nacional (844.453 Km²), sendo considerado o bioma semiárido mais rico do mundo em biodiversidade. Os dados mais atuais indicam 932 espécies de plantas, 148 de mamíferos e 510 de aves, sendo que muitas ocorrem somente na Caatinga. Lamentavelmente, hoje a Caatinga resiste em 520 mil quilômetros quadrados dos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia e adentra o Sudeste pelo norte de Minas Gerais, onde vivem 28 milhões de brasileiros.

A degradação tem andado muito mais rápido que as ações por sua preservação, sejam elas de iniciativa pública ou privada. E sua degradação tem ligação direta com a pobreza, com a falta de educação ambiental, com a necessidade de subsistência do povo sertanejo. A sua degradação é acelerada, inclusive, pelo processo de desertificação acirrado pelas mudanças climáticas. Mesmo assim a Caatinga continua sendo o bioma extra-amazônico que mais contribui para alimentar e mover as economias das populações que o habitam. São suas árvores que fornecem a lenha e o carvão que produzem nada menos do que 40% de toda a energia consumida pelos nordestinos. Espécies nativas como o mocó e a avoante ainda são importantes fontes de proteína para a população rural e as forrageiras catingueiras alimentam rebanhos de cabras que respondem pela subsistência de boa parte das famílias de pequenos agricultores.

O Dia Nacional da Caatinga está sendo celebrado com uma audiência pública da Comissão do Meio Ambiente da Câmara Federal, onde o Ministério do Meio Ambiente divulga duas importantes iniciativas voltadas para a conservação do Bioma e para o uso sustentável dos seus recursos: o Zoneamento Ecológico-Econômico do Nordeste e o monitoramento, por satélite, do desmatamento do bioma. O zoneamento terá como ponto de partida um levantamento do uso e ocupação do solo da região a partir de dados do INPE e do IBGE e de outros integrantes do consórcio ZEE Brasil. O monitoramento, com imagens dos satélites, já está em curso e deve ter os

primeiros resultados em novembro, do corrente ano.

Na audiência pública que está acontecendo neste momento em Brasília, o Mistério do Meio Ambiente coloca em debate a versão inicial da Instrução Normativa do Manejo Florestal da Caatinga, que está em fase final de elaboração. Com base em experiências de mais 20 anos em projetos-pilotos de manejo florestal do bioma, o documento define os ciclos e tipos de corte que serão permitidos para garantir a exploração sustentável de madeira especialmente para fins energéticos. Está sendo discutido também o Programa de Conservação e Uso Sustentável da Caatinga, a criação de unidades de conservação federais – o bioma só tem 1% de seu território em áreas de proteção integral – e o Plano de Fiscalização da Caatinga, além de acordos de cooperação técnica e marcos legais para o uso sustentável do bioma, como a proposta de Emenda Constitucional que transforma a Caatinga e o Cerrado em Patrimônios Nacionais e a Política Nacional de Combate à Desertificação.

A conservação da Caatinga está diretamente associada ao combate da desertificação, processo de degradação ambiental que ocorre em áreas áridas, semiáridas e subúmidas secas e que, no Brasil, atinge principalmente a região nordeste, pois 62% das áreas susceptíveis à desertificação estão em zonas originalmente ocupadas por caatinga.

Essas medidas são importantes, mas muito há por fazer. Segundo dados do Ministério do Meio Ambiente e da Secretaria do Meio Ambiente da Bahia, o bioma Caatinga no nosso Estado está sendo cuidado por 15 unidades de conservação ambiental - quatro na esfera federal e 11 na estadual.

Apesar de todas essas APAs, a Bahia não tem nenhuma Reserva Particular do Patrimônio Natural no bioma Caatinga. De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, a Reserva Particular do Patrimônio Natural é uma área privada que tem o objetivo de conservar a diversidade biológica. No local, é permitido pesquisa científica, visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais. No Ceará, segundo dados da Associação Asa Branca, estão nove das 42 Reservas Particulares do Patrimônio Natural voltadas para proteção do bioma caatinga.

Não fosse a preocupação com a lentidão com que, no Brasil, as políticas públicas andam, poderíamos ter boas perspectivas para a nossa Caatinga. Em fevereiro passado, por exemplo, foi realizado em Juazeiro o Seminário Regional Nordeste: Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade. Lá foram elaboradas por representantes de comunidades tradicionais, organizações não-governamentais, universidades e poder público cerca de 150 propostas entre conceitos, produção, beneficiamento e comercialização, valor agregado e estratégias de mercado, sobre produtos extraídos de forma sustentável do bioma caatinga.

Durante três dias, os participantes tiveram a oportunidade de conhecer a realidade das comunidades caatingueiras e promover políticas de conservação e uso sustentável dos recursos florestais do bioma, garantindo práticas eficientes na produção. Várias e diversas frutas são algumas das espécies encontradas no sertão

brasileiro e transformadas em matéria-prima por comunidades que sobrevivem da exploração sustentável de plantas e flores, contribuindo para a preservação da caatinga. Frutos, castanhas, sementes, plantas e óleos são transformados em doces, óleos comestíveis, produtos fitocosméticos e artesanato, gerando emprego e renda para a comunidade 'caatingueira'.

Isso é bom, porque temos que cuidar do bioma sem esquecer o homem que nele vive. E a educação voltada para a produção com base na sociobiodiversidade é um caminho que promete bons frutos. A agricultura de subsistência, durante décadas, em nada contribuiu para a preservação da Caatinga. Acaba-se com o bioma sem conseguir o objetivo da sustentabilidade. Vamos torcer, e contribuir de alguma forma, para que essas novas políticas deem certo.

Enquanto essas políticas não se consolidam, é necessária a intervenção para garantir a produtividade e não deveríamos precisar de novas leis para isso. Afinal, a luta contra as desigualdades regionais deveriam estar no topo das nossas prioridades, uma vez que a Constituição Federal, em seu artigo terceiro, inclui a erradicação da pobreza e da marginalidade e a redução das disparidades sociais e regionais dentre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. Assim preceituam, também, e a Lei de Diretrizes Orçamentárias peças fundamentais no estabelecimento de diretrizes e metas para a ação do Governo.

É fato que o Brasil tem ficado cada vez mais dividido, com as regiões mais ricas se tornando cada vez mais ricas, em detrimento das regiões mais pobres. De acordo com um estudo da Embrapa o agricultor do Semiárido que planta feijão em regime de sequeiro colhe, em 10 anos, 2 mil quilos de grãos por hectare. No Sudeste são 25 mil quilos nesse mesmo período. Um hectare de milho no Paraná produz 10 toneladas por safra. Em 10 anos são 100 toneladas. No semiárido são apenas 3,3 toneladas. Ou seja: em cada 10 anos três são de colheitas razoáveis, em cinco se colhe alguma coisa e em dois anos a produção é zero.

No Nordeste, onde se concentra a maior parte da Caatinga, também está concentrada a maior taxa de analfabetos do País. São 22,4% dos nordestinos, principalmente os que vivem no semiárido. A média nacional é de 11,4%, de 7,5% no Sudeste e de 7,1% no Sul. A taxa de analfabetos funcionais, aqueles que muito mal aprenderam a assinar o próprio nome e nem sequer sabem interpretar um texto que leiam, chega ao vergonhoso percentual de 42%”, deputado Luiz de Deus.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Deputado Gilberto Brito, lamento informar a V.Ex^a que o seu tempo está literalmente esgotado.

O Sr. GILBERTO BRITO:- Espero contar com a sensibilidade de V.Ex^a, deputado Roberto Carlos, porque me parece que o assunto tem uma procedência, sobretudo no dia de hoje, que é de homenagem à caatinga que teve o prazer de fazer brotar bons frutos, dentre os quais V.Ex^a.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Deputado Gilberto Brito, o próximo orador é do PMDB. Pediria ao Líder da Maioria ou do PMDB para indicar ou permitir que o deputado Gilberto Brito possa continuar falando, se for possível. O orador terá direito a nove minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Vou consultar o aniversariante de hoje o deputado Paulo Câmara, que está inscrito aqui, logo em seguida, por nove minutos. V.Ex^a poderia conceder três minutos do seu tempo ao deputado Gilberto Brito?

O Sr. Paulo Câmara:- Nobre presidente, poderei ceder os três minutos se V.Ex^a ceder os cinco minutos que ele já extrapolou do tempo dele regulamentar.

O Sr. GILBERTO BRITO:- Sr. Presidente, eu gostaria de terminar minha fala, mas, infelizmente, o Plenário da Casa é menos fértil do que a aridez da caatinga. Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou o Líder do PMDB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, falará por todo o tempo o deputado Paulo Câmara.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o aniversariante de hoje, deputado Paulo Câmara. V.Ex^a terá 9 minutos, se precisar de uma prorrogação...

O Sr. PAULO CÂMERA:- O que me coloca nesta tribuna é poder fazer observações extremamente interessantes. Por exemplo: nós falávamos hoje, quando eu conversava com o Professor Valdeci, sobre uma deficiência na área educacional do Estado da Bahia, na esfera estadual, essa vírgula é importante “na área estadual”, de oito mil professores. Discutimos formas suplementares de colocar professores REDA e outras formas alternativas. Mas temos que entender que o processo de oito mil professores, meu Líder, não se faz em dois anos. Tem-se um acúmulo de necessidade de capacitação de professores, de formação de professores, de especialização de professores que não acontecem em dois anos. Por exemplo: a estrada Brumado-Vitória da Conquista, vai ser refeita. Foi um ano para a elaboração do projeto de recuperação, e mais uma fortuna em recursos financeiros para que possamos recuperá-la. Não foi feito em um ano. A estrada da Lapa para o Javi, uma longa estrada, parte dela financiada pelo Banco Mundial, foi sendo estraçalhada ao longo do tempo. E não se recupera a malha viária do Estado em dois anos.

Sr. Presidente, o simpático amigo Gildásio Penedo Filho me faz rir aqui porque concorda que a malha rodoviária da região dele, por exemplo, vem apresentando grandes problemas ao longo do tempo.

Então, não posso entender, até porque venho de uma família de professores, achar-se que em apenas dois anos se reestrutura todo o sistema de gestão do Estado. Entendo que o professor Adeum Sauer, nosso amigo, nosso colega, secretário da Educação, tem sérios problemas de relacionamentos, inclusive com os deputados, deputado Heraldo Rocha, mas ele está tentando reformular a formatação da gestão da área da educação do Estado, que é um problema complexo.

E temos que nos lembrar, V.Ex^a se lembra, que o governador Paulo Souto, num determinado momento de sua gestão, acabou com os delegados calça-curta. Foi um choque político nesta Casa, foi um choque político no Estado. Hoje, alguns anos

depois, estamos todos adaptados.

E eis que de repente se institui, como o governo Lula fez, o salário, vamos chamar de digno, de R\$ 950,00 para os professores primários, como se dizia antigamente. E o Estado reformula o seu sistema educacional, vira-o de cabeça para baixo, transforma a forma de gestão pública da educação em dois anos.

Qualquer leigo, e eu chamaria o testemunho do Líder do governo, sabe que o processo de maturação de qualquer projeto educacional, estou falando do ponto de vista científico, leva 10 anos para começar a demonstrar resultados. Qualquer livro da área diz isso, são 10 anos no processo de maturação. Sei disso desde o tempo em que trabalhei no Ministério da Educação, em Brasília, na Secretaria de Ensino Superior. São processos lentos, às vezes dolorosos, amargos, e às vezes não dão certo.

Quem não se lembra do esforço do meu amigo deputado federal, ex-secretário da Educação, Tinoco, ao trazer uma experiência fantástica de Israel que apresentou problemas em sua implantação aqui, na Bahia. As pessoas não querem lembrar disso, mas precisam lembrar que aquilo não foi um total fracasso, que deixou bons frutos.

As pessoas esquecem do professor Edilson Souto, meu professor na faculdade, que trouxe a grande novidade para a Secretaria da Educação: computadores. É bom lembrarmos que faz pouco tempo que ele saiu do governo. A secretaria não tinha um sistema computacional daquele tamanho.

Não podemos esquecer que para se obter a aposentadoria, hoje, não é preciso mais pedir a um deputado. Era um favor político de deputado para o seu eleitorado. Hoje, é um sistema normal e natural.

É preciso olharmos essa evolução, é preciso entendermos que das pequenas mudanças, desse aglomerado, dessa junção é que começam as diferenças. Não podemos querer, como disse aqui Pedro Alcântara, que um deteriorado processo tributarista concentrador de impostos na área federal, que vem há dezenas de anos, se resolva apenas numa possível passeata de pressão sobre o governo estadual, não. Temos, os deputados e os prefeitos, que nos dirigir a nossos deputados federais e fazermos pressão para que tenhamos uma mudança substantiva, concreta, e evitemos esse tipo de humilhação. Ou como disse o presidente desta Casa numa entrevista hoje: os prefeitos têm que buscar o trabalho de forma reivindicatória, porque greve e fechamento de prefeitura, deputado Marcelo Nilo, não resolvem o problema. E eu concordo com V. Exa. Temos que buscar formas e alternativas.

Mas, por trás disso, temos que entender que este governo provocou uma mudança de comportamento, não vamos discutir se benéfico ou maléfico, se ruim ou bom. Vamos discutir que a sociedade se mobiliza, a sociedade muda de postura começando pelos políticos, pelos prefeitos que se mobilizam buscando essa transformação. Então, é para isso que estamos aqui: apoiamos qualquer reivindicação que a sociedade faça, mas temos que ver que temos um problema estrutural que está sendo corrigido e que não pode ser feito em apenas dois anos.

É por isso que acredito nas transformações, independente das dificuldades na Secretaria da Saúde, dos problemas que temos na Secretaria da Educação, estamos plantando uma base sólida, concreta, base definitiva para que possamos, num curto

espaço de tempo, dizer que estamos num processo de mudança, de transformação, em que a sociedade participa, e este plenário se enche de povo, seja ele da classe política, da classe trabalhadora, mas sim um processo de transformação implementado nesses últimos dois anos.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder da Minoria ou o Líder do Democratas para falar ou indicar o orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, eu falarei por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Heraldo Rocha por 9 minutos.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, amanhã, convocado que fui pela Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública, tão bem presidida pelo deputado João Carlos Bacelar, por unanimidade, teremos a visita do secretário da Segurança Pública, Dr. César Nunes.

A Liderança da Minoria, preocupada com que esse debate tenha conteúdo, porque realmente a situação por que passa o Estado no que diz respeito a criminalidade e a violência tem tido dados estatísticos bastante graves, preocupada com essa situação, preparou um documento com um levantamento de toda a situação desde que assumimos o mandato. Já tivemos como Líder o deputado Gildásio Penedo, e agora temos a liderança deste que vos fala. Nós vamos apresentar ao Sr. Secretário dados da proposta orçamentária, dados do PPA, dados da imprensa, enfim, vamos procurar transformar o debate em debate de resultados em uma proposta positiva.

Na sexta-feira, convocados que fomos pelo deputado João Bacelar, através de um requerimento que fizemos como representante do município de Valença e da Costa do Dendê, Taperoá, Nilo Peçanha, Cairu, Igrapiúna, Ituberá e Camamu tivemos uma audiência pública na Câmara de Vereadores de Valença sob a presidência da vereadora Diana Farias; com a presença de lideranças políticas, prefeitos da região, o prefeito de Valença, Ramiro Queiroz, o prefeito de Cairu, Hildécio, o prefeito de Tancredo Neves, vereadores, presidentes de câmaras de quase todos os municípios daquela região. O comandante Ivo que comanda a Polícia Militar naquela região; a delegada regional; o comandante do destacamento, do batalhão, enfim representantes da OAB, representantes da Defensoria Pública. Foi um debate importante sob a presidência do deputado João Carlos Bacelar, com a presença do deputado Capitão Tadeu e este deputado que vos fala requerente daquela audiência pública.

Tínhamos recebido, por parte de nossas lideranças, que a situação da violência e da criminalidade naquela região era muito grave. E mais do que isso, que o tráfico de drogas, o narcotráfico, principalmente, todos sabem que aquela região é eminentemente turística, onde além de Valença, Guaibim, temos o maior arquipélago do País que é o de Tinharé que pertence ao município de Cairu tão bem representado, aqui, nesta Casa, pelo deputado Rogério Andrade, onde temos 26 ilhas, algumas mais

conhecidas como Morro de São Paulo, Gamboa, Galeão, Boipeba, Guarapoá, onde o narcotráfico está realmente assumindo proporções catastróficas.

Deputado Rogério Andrade, o prefeito que o apoia, o Sr. Hildécio Meireles, fez um pronunciamento muito importante, pedindo, inclusive, que a verba de segurança pública, como a verba de educação e como a verba de saúde... E, posteriormente, passaremos a V.Ex^a como representante mui digno daquele município, mas o que detectamos, sobremaneira, foi a falta de estrutura tanto das delegacias, tanto da Polícia Civil quanto da Polícia Militar, reconhecida por todos.

O deputado João Carlos Bacelar e sua assessoria da comissão estão levantando a real situação falada pelo povo, pelos representantes, pelos vereadores, pelo representante da OAB, pelo representante da Defensoria Pública. Não foi o deputado Heraldo Rocha. Não foi o deputado Capitão Tadeu, não foi o deputado João Carlos Bacelar, foi a população, foram os segmentos organizados da população que disseram que a Costa do Dendê não tem segurança pública.

Isso não é novidade para nós, porque esses dados que amanhã apresentaremos ao Exm^o Sr. Secretário da Segurança, são dados do Estado da Bahia, onde nos anos de 2007/2008 tivemos 8 mil homicídios, onde num só dia, em Salvador e Região Metropolitana foram roubados 34 carros. A cada 45 minutos, e se permanecermos aqui mais 90 minutos, dois veículos são furtados.

Veja a que ponto chegou o Estado da Bahia. E o mais grave de tudo isso, é que segurança pública não é prioridade deste governo. Por que não é?

Os dados são irrefutáveis. O Orçamento do Estado vem caindo a cada exercício, o deste ano é menor do que o do ano passado. O Orçamento da Secretaria da Segurança Pública deste ano é menor do que o do ano passado. Vejam a que ponto chegou a situação da segurança pública em nosso Estado: nós, hoje, somos reféns da bandidagem e do narcotráfico.

Vimos, aí, e estamos atentos para saber como essa verba vai ser aplicada e também se ela não tem que vir aqui para a Assembleia, a nossa assessoria está estudando isso, porque o governo vai receber quase 400 milhões de reais, e não está a segurança pública entre as prioridades dos investimentos desse recurso: está habitação, está estrada, mas segurança pública, não.

Então, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, esperamos que todos os parlamentares desta Casa, tanto do governo quanto da Oposição, estejam amanhã na Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública, desde quando não é convite, é convocação, com o Sr. Secretário, amanhã, tenho certeza de que faremos um debate em alto nível, às 10h na Comissão de Segurança, sob a presidência do Exm^o Sr. Presidente, Deputado João Carlos Bacelar. Todos nós devemos nos preparar para um debate de alto nível com o Exm^o Sr. Secretário, Dr. César Nunes, do governo do Estado, convocado pela Comissão de Segurança Pública.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do PT para falar

ou indicar o orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, falarei por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Waldenor Pereira pelo tempo de até 9 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, solicito de V.Ex^a que faça marcar 6 minutos para mim e 3 minutos para o deputado Álvaro Gomes.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Então, retificando, com a palavra o deputado Waldenor Pereira, pelo tempo de até 6 minutos.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Sr. Presidente, o nosso País já foi alvo de muitas crises financeiras, fiscais, crises várias, algumas delas que o levaram a uma situação quase falimentar, uma situação pré-falimentar.

Algumas dessas crises foram tão significativas que, em algumas oportunidades, o Brasil teve que recorrer a financiamentos internacionais, especialmente ao Fundo Monetário Internacional, o FMI, que a cada vez que destinava recursos ao nosso país também impunha o seu receituário neoliberal, o seu receituário de estado mínimo, o seu receituário que tinha como propósito a eficiência, a produtividade e que infelizmente submeteu o nosso país a um modelo de desenvolvimento econômico que representou um atraso sem precedentes na história econômica brasileira.

Graças à eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e à adoção de políticas macroeconômicas consistentes, o nosso País vive hoje um momento especial, com estabilidade econômica, crescimento do seu Produto Interno Bruto, resultados positivos sucessivos na sua balança comercial, controle inflacionário num patamar de 4,5 a 5%, fato nunca antes visto, reconhecimento internacional como um dos países mais seguros para a realização de investimentos. Graças a esses indicadores macroeconômicos, o Brasil está podendo enfrentar a crise financeiro-imobiliária que se abateu sobre o núcleo central do capitalismo internacional – Estados Unidos, União Europeia e Japão –, a ponto de ser reconhecido como um dos países de maior estabilidade e em melhores condições para enfrentar esta crise.

Se estivéssemos em 2002, último ano em que o País foi governado pelo Sr. Fernando Henrique Cardoso e pela política neoliberal que privatizou a maioria das nossas estatais, que ameaçou privatizar o Banco do Brasil, a Caixa Econômica e a Petrobras, estaríamos liquidados. O nosso País estaria no abismo se estivéssemos submetidos à política neoliberal do governo Fernando Henrique Cardoso, apoiada de forma, poderia até dizer, contundente pelo então Partido da Frente Liberal, hoje Democratas.

Vou convidar os deputados desta Casa Legislativa para um seminário que estamos organizando para tratar do âmago da questão, da explicação do porquê de os municípios baianos e brasileiros estarem amargando atualmente a redução das suas arrecadações e das suas atividades econômicas. E vamos, deputada Neusa Cadore, nominar as responsabilidades, mostrando que são oriundas de um modelo econômico que reduziu ou quase acabou a participação do Estado na economia e que estimulou o mercado como elemento regulador único do sistema econômico. E isso resultou nessa quebradeira internacional.

O grande responsável pela redução da arrecadação dos municípios foi o modelo econômico adotado por V.Ex^{as}, que acabou resultando nessa bancarrota, nessa quebradeira internacional, chegando ao ponto de recomendar aos estados nacionais a aquisição de bancos e empresas, como a GM, que está sendo, possivelmente, adquirida pelo governo americano, dada a incapacidade do sistema capitalista de dar respostas ao equilíbrio econômico do mundo, especialmente nos países que o adotaram como modelo único de desenvolvimento.

Portanto, Sr. Presidente, devemos enaltecer a política macroeconômica do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tendo em vista que ela está permitindo ao nosso País enfrentar esta crise com dignidade, sendo enaltificado do ponto de vista da sua soberania pelas medidas acertadas tomadas pelo atual governo, que estão permitindo ao Brasil enfrentar esta crise de cabeça erguida, ajudando os estados e municípios com a liberação de financiamentos, a adoção de medidas tributárias, o parcelamento de tributos, a ampliação do sistema de créditos a todos os segmentos da economia para que o nosso País, em médio prazo, possa superar a crise, retomar o seu desenvolvimento e propiciar a melhoria da qualidade de vida do nosso povo.

É com satisfação e orgulho que exaltamos as políticas do governo de Luiz Inácio Lula da Silva e também as do governo do Estado da Bahia no enfrentamento da crise financeira e imobiliária que se abateu sobre todas as nações.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Falta falar, para variar, o nobre deputado Álvaro Gomes, pelo tempo de até 5 minutos.

Para sair da rotina, o nobre deputado.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, não poderia deixar de dizer, agora, nesses três minutos, que ontem foi o Dia da Empregada Doméstica, entretanto, durante todo o dia, não houve nenhum pronunciamento abordando o assunto.

Mas não poderia deixar de fazer essa abordagem hoje, porque os trabalhadores e as trabalhadoras domésticas são aproximadamente 7 milhões no Brasil, mas apenas 1,3 milhão tem carteira assinada.

Na Bahia, são 400 mil trabalhadoras, sendo 93% mulheres e apenas 15% com carteira assinada. Isso significa dizer que são 340 mil trabalhadoras domésticas no Estado da Bahia que não têm carteira assinada. É importante registrar isso, porque esse é um segmento muito importante da nossa sociedade de trabalhadores e trabalhadoras, sendo a quase totalidade de trabalhadoras. Encontram-se também nessa situação e na condição de trabalhadoras domésticas muitas jovens menores, que trabalham e são exploradas no seu dia a dia.

Até mesmo as trabalhadoras domésticas que têm a carteira assinada não têm os mesmos direitos dos demais trabalhadores do nosso País: não recebem hora extra, trabalham exageradamente, sem receber pelo trabalho executado, não têm direito ao FGTS, à folga de dois dias na semana.

Portanto, esse segmento de trabalhadores, essa parcela de trabalhadores

domésticos é muito explorada. Precisamos avançar no sentido do trabalho decente, porque a agenda do Estado da Bahia vem até se transformando em referência no mundo por exercer um trabalho, fazer um programa, uma agenda de trabalho decente.

Queria parabenizar presidente da Fenatrab-Federação Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Domésticos, Creuza de Jesus, pelo trabalho que vem desenvolvendo há algum tempo. Os trabalhadores e as trabalhadoras domésticas conquistaram algumas vitórias, alguns avanços, mas a situação ainda é muito precária.

Portanto, queria parabenizar todas as trabalhadoras domésticas e dizer-lhes que a luta por um trabalho digno continua tanto para esse segmento quanto para todos demais trabalhadores do Brasil.

(Não foi revisto pelo orador.)

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ordem do Dia ao Projeto de Lei nº 17.813/2009,(publicado no Portal da Assembleia Legislativa do dia 01/06/2009, na 7ª sessão extraordinária de 14/04/2009), que na última sessão já estava sendo votado, está faltando o parecer da Comissão de Meio Ambiente, Seca e Recursos Hídricos.

O Sr. Heraldo Rocha:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Heraldo Rocha.

O Sr. Heraldo Rocha:- Antes de solicitar uma verificação de quorum, quero dizer ao Líder da Maioria, deputado Waldenor, pela relação tão excelente que tem conosco, que não vote, porque não vai haver quorum. Não quero criar um constrangimento para o nosso querido Líder do governo, deputado Waldenor. Acho, deputado Waldenor, que V.Exª pode deixar a votação para amanhã, é melhor. Não há quorum, e Eliana não ficará nervosa. Quando não há quorum, Eliana fica muito nervosa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Quem pediu verificação de quorum?

O Sr. Heraldo Rocha:- Eu pedi verificação de quorum, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não. V.Exª será atendido.

O Sr. Waldenor Pereira:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Waldenor Pereira.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, queria apenas dizer a V.Exª que, realmente, na sessão anterior, esse projeto já havia sido votado em três comissões. Então, queria convocar os colegas deputados da Bancada de governo para se fazerem presentes ao Plenário pois há uma solicitação de verificação de quorum no âmbito da Comissão de Meio Ambiente. Gostaria de convocar todos os colegas, deputados e deputadas que compõem essa importante comissão, para que possamos apreciar e votar projeto de lei que trata da adequação do Estado da Bahia ao processo de concorrência internacional para que o Brasil possa ser sede dos jogos olímpicos de

2016. O nosso Estado estará naturalmente concorrendo à condição de sub-sede. Portanto, gostaria de convidar os colegas, deputados e deputadas da Bancada de governo, a se deslocarem imediatamente ao Plenário desta Casa Legislativa pois há uma solicitação de quorum de votação.

É muito importante, imprescindível que deputados e deputadas da Bancada do governo possam imediatamente se deslocar ao plenário desta Casa Legislativa tendo em vista que há uma solicitação de verificação de quorum de votação. É importante que todos se desloquem imediatamente até o plenário. Solicito ao deputado Marcelo Nilo, se necessário for, o estabelecimento dos 15 minutos, conforme acordado já pelos líderes desta Casa para que o quorum seja restabelecido e possamos votar no âmbito das comissões esse projeto que trata do ordenamento jurídico-administrativo do nosso Estado ao que estabelece o Comitê Olímpico Brasileiro – COB, para que o Brasil possa concorrer à condição de país-sede dos jogos olímpicos de 2016.

Portanto, Sr. Presidente, gostaria de que o senhor nos ajudasse também fazendo a convocação dos nobres colegas deputados e deputadas, tendo em vista que há uma solicitação de verificação de quorum de votação, e necessário se faz que os nobres colegas deputados e deputadas se façam presentes ao plenário. A presença dos colegas se faz indispensável, imprescindível. Colegas deputados e deputadas da Bancada do governo que se encontram em seus gabinetes, solicito por gentileza que se desloquem imediatamente até o plenário desta Casa Legislativa pois há uma solicitação de verificação de quorum de votação proposta pelo deputado Heraldo Rocha, Líder da Minoria nesta Casa Legislativa. É importante a presença imediata dos deputados e deputadas desta Casa tendo em vista a necessidade de quorum no âmbito das comissões para que possamos imediatamente votar esse projeto de lei e em seguida votar um segundo projeto que trata da questão do bolsa-auxílio nas universidades estaduais.

Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas que se encontram em seus gabinetes, no cafezinho, na biblioteca, nas demais dependências desta Casa Legislativa convocamos, conclamamos, convidamos todos para que se desloquem até o Plenário desta Casa Legislativa pois há uma solicitação de verificação de quorum de votação.

Sr. Presidente, solicito que sejam marcados os 15 minutos, caso necessário, para proceder ao restabelecimento do quorum. Essa é a nossa questão de ordem.

Agradecemos a V.Ex^a pela tolerância.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido.

O Sr. Heraldo Rocha:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, V.Ex^a não gostaria de que eu, primeiro, marcasse os 15 minutos, não? Aí eu o concederia a V.Ex^a.

O Sr. Heraldo Rocha:- Não, agora não, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não.

O Sr. Heraldo Rocha:- Eu gostaria de contraditar ou até que V.Ex^a me orientasse. É votação no âmbito das comissões, não de uma comissão.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, veja bem, as outras já deram quorum. A tradição aqui, deputado...

O Sr. Heraldo Rocha:- Não. Deram quorum, mas tem que dar quorum nesta sessão, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, V.Ex^a pode me ouvir? Veja bem, a tradição aqui, deputado João Carlos Bacelar, é a seguinte: quando se dá quorum nas comissões, é uma continuidade da sessão. Podemos até modificar, não hoje, porque a tradição, deputado, veja bem, é essa.

O Sr. Heraldo Rocha:- Deputado...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado João Carlos, vamos conversar dentro da tradição. É essa a tradição desta Casa. Isso aqui já foi feito várias vezes. É praxe, deputado Heraldo Rocha, que é decano nesta Casa, se der quorum aquele assunto vai passando. É a mesma coisa na comissão, o deputado discutiu naquela comissão, na seguinte, já foi uma discussão, deputado. Isso é a praxe nesta Casa. Se V.Ex^as quiserem modificar isso, podemos até na próxima. O que os Líderes decidirem eu conseguirei, mas mudar agora, a não ser que seja uma decisão do Plenário. O deputado Heraldo Rocha sabe que essa é a praxe. V.Ex^a pode até ter razão, não estou discutindo com V.Ex^a. V.Ex^a pode ter até razão, agora a praxe da Casa quando se dá às comissões isso é assunto encerrado.

O Sr. Heraldo Rocha:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE(Marcelo Nilo):- Pois não.

O Sr. Heraldo Rocha:- Agradeço a orientação de V.Ex^a e o respeito, porém não a acato. A partir de determinadas posições tomadas nesta Casa, inclusive não gostaria nem de repetir, rasgou-se o Regimento, modificando até praxes que V.Ex^a sabe existentes nesta Casa. A Bancada da Oposição tomou uma posição muito clara: temos que respeitar o Regimento Interno a não ser que o rasguemos novamente.

Então, respeito a opinião de V.Ex^a mas, infelizmente, não vou acatá-la. Vou solicitar a V.Ex^a que argua o Regimento Interno para que possamos dar continuidade a esse sistema de votação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Heraldo Rocha V.Ex^a também precisa arguir o Regimento. O Regimento diz que é no âmbito das comissões, e já deu quorum nas comissões. Essa realmente é praxe da Casa. V.Ex^a é um deputado que sempre teve a maior boa vontade para votar os projetos de seu interesse, eu gostaria de fazer um apelo a V.Ex^a para que não acabemos com a praxe da Casa. Se amanhã os Líderes partidários sentarem para tomar uma nova decisão, estou aqui para acatar o que os Líderes decidir. Agora, a praxe da Casa, deputado, V.Ex^a sabe qual é, teve quorum numa Comissão, passa-se para seguinte.

O Sr. Pedro Alcântara:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, não há parlamentar aqui mais acessível que eu. E eu quero dizer a V.Ex^a que era praxe da Casa nas três comissões e foi incluída a Comissão de Defesa do Consumidor e Relações do Trabalho para que o governo pudesse votar um projeto. Então, a praxe ali foi quebrada. Sr. Presidente, me desculpe, mas a praxe ali foi quebrada.

O Sr. PRESIDENT (Marcelo Nilo):- Pela ordem o deputado Pedro Alcântara.

O Sr. Pedro Alcântara:- Sr. Presidente, respeito o deputado Heraldo Rocha,

meu amigo pessoal, tive a honra de ser seu Líder nesta Casa por muitos anos, pessoa de uma boa convivência sem nenhuma referência de ordem contrária. Hoje, inclusive a convocação foi para votação desse projeto, para a Comissão do Meio Ambiente, haja vista que está na Taquigrafia desta Casa para anexar nos Anais, e já foi lido. Sr. Presidente, já foi lido nome por nome das comissões, foi dito que havia quorum, Comissão de Constituição e Justiça, Finanças e Orçamento. E a praxe é uma continuidade da sessão anterior, haja vista a Comissão de Meio Ambiente não ter tido quorum, deputado Heraldo Rocha. Já houve a verificação de quorum nas outras comissões. Está aí. Há quorum na Comissão de Constituição e Justiça. Estão aí as palavras que presidiram a sessão. Há quorum na Comissão de Finanças e Orçamento. Faltou quorum? Parou-se a votação. Retorna-se. É uma sequência da outra sessão.

Como disse muito bem o presidente, é como se nós já tivéssemos discutido um projeto aqui e V.Ex^a já tivesse discutido o projeto e não voltaria a discutir, porque não foi votado naquela sessão. Então, é uma continuidade. O Regimento nesta questão não é muito esclarecedor, é bem verdade, mas na praxe da Casa isso já foi feito inúmeras vezes, ou seja, dá-se sequência à votação nas comissões. É isso que quero assegurar a V.Ex^a, e peço a sua compreensão para não polemizar quanto a esta questão.

O Sr. Paulo Azi:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não. Questão de ordem do deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, deputado Marcelo Nilo, eu, efetivamente, gostaria de entender o que está se passando nesta sessão. Agora virou praxe, ou seja, sempre que existe uma dificuldade momentânea do governo apelar-se para uma tal praxe para se tentar resolver as questões. Em meu entender, esta questão está muito clara, Sr. Presidente, deputado Marcelo Nilo.

Houve uma sessão anterior em que o projeto foi submetido a uma votação. O projeto não foi votado, porque não houve quorum em uma comissão. A sessão se encerrou. Eu não entendo quanto a esta questão de dizer que há uma continuidade de sessão. Isso é uma excrescência ao Regimento.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, eu vou deferir a questão de ordem do deputado Heraldo Rocha.

Deputado Waldenor, eu vou pedir vênica a V.Ex^a e vou deferir a questão de ordem do deputado Heraldo Rocha.

O Sr. Paulo Azi:- Deputado Marcelo, o projeto não era polêmico. A Oposição pode até colaborar com o quorum, caso o Governo não o tenha. Agora, efetivamente, o Governo mais uma vez passa por cima do Regimento desta Casa.

O Sr. Heraldo Rocha:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu vou deferir a questão do deputado Heraldo Rocha. Mas, como presidente, fiz um apelo porque este projeto está aqui há alguns dias. Certo? Então, eu estava fazendo um apelo para ver se...

O Sr. Paulo Azi:- Mas não pode, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- É praxe.

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo fora do microfone. Inaudível.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- É praxe. Deu quorum em uma comissão, passa para a seguinte.

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo fora do microfone. Inaudível.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Sempre foi assim, deputado Heraldo Rocha, mas não é regimental.

Vou deferir a questão do deputado Heraldo Rocha.

Som para o deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- Só para esclarecer. Na realidade, Sr. Presidente, vamos colocar o projeto em votação hoje. Tem de dar quorum, e não na sessão anterior. Por isso, há de se ter cuidado com esta questão de praxe.

(O Sr. Pedro Alcântara se manifesta fora do microfone. Inaudível.)

O Sr. Paulo Azi:- Mas foi pedida uma votação, deputado Pedro Alcântara.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Paulo Azi, o assunto está encerrado. A Presidência deferiu a questão de ordem do deputado Heraldo Rocha. Está deferida.

O Sr. Heraldo Rocha:- A culpa é do Governo.

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo fora do microfone. Inaudível.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas não é culpa de ninguém.

O Sr. Heraldo Rocha:- A culpa é da base aliada que coloca número insuficiente.

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo fora do microfone. Inaudível.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- A Presidência não está culpando ninguém.

O Sr. Heraldo Rocha:- Não é nosso não. Isso é coisa da Bancada do Governo.

O Sr. Waldenor Pereira:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Waldenor Pereira.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, eu queria a atenção dos deputados Heraldo Rocha e Paulo Azi, por favor. Com a devida ponderação, nós não temos problema de quorum, nós temos quorum. O problema é que não adiante se utilizar do argumento de que a praxe está sendo alterada ou se está utilizando de praxe para favorecer o Governo, pois nós temos quorum.

Agora, eu já participei de inúmeras sessões aqui onde...

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo fora do microfone. Inaudível.)

O Sr. Waldenor Pereira:- Inúmeras, repito, inúmeras, inclusive uma na semana passada. Ficou faltando... Deputado Paulo Azi, ouça-me com atenção por favor como eu ouço V.Ex^a com toda a educação. Na semana passada...

(O Sr. Paulo Azi se manifesta fora do microfone. Inaudível.)

O Sr. Waldenor Pereira:- (...) se você puder me ouvir, nós votamos um projeto onde foi incluída a Comissão de Direito do Consumidor e só votamos a Comissão de Direito do Consumidor. Quanto às demais...

(O Sr. Paulo Azi se manifesta fora do microfone. Inaudível.)

O Sr. Waldenor Pereira:- Foi, sim senhor. Eu não sou maluco. Nós votamos só

na Comissão de Direito do Consumidor. As demais já tinham sido...

(O Sr. Paulo Azi se manifesta fora do microfone. Inaudível.)

O Sr. Waldenor Pereira:- Deputado, então, pegue as notas taquigráficas, pegue os Anais.

Nós votamos na de Direito do Consumidor, separadamente. Só nessa comissão, há 15 dias. Pode mandar buscar na Taquigrafia.

Sr. Presidente, solicito que V.Ex^a proceda à votação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vou atender à questão de ordem do deputado Heraldo Rocha, e depois de deferida vou fazer no âmbito de todas as comissões. Não é assim que V.Ex^a quer?

(O Sr. Presidente Marcelo Nilo procede à chamada nominal no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Há quorum na comissão.

(O Sr. Presidente Marcelo Nilo procede à chamada nominal no âmbito da Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Há quorum na comissão.

(O Sr. Presidente Marcelo Nilo procede à chamada nominal no âmbito da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia.)

(O Sr. Presidente Marcelo Nilo procede à chamada nominal no âmbito da Comissão de Meio Ambiente.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Há quorum nas comissões.

Srs. Deputados que aprovam o parecer, permaneçam como estão.

Aprovada à unanimidade em todas as comissões.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para discutir, o nobre deputado Heraldo Rocha pelo tempo de 20 minutos.

Ouvir V.Ex^a é sempre um prazer. Com a palavra o deputado Heraldo Rocha.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, teleouvintes da *TV Assembleia*, quero agradecer a V.Ex^a, Sr. Presidente, que deferiu a minha questão de ordem baseado no Regimento da Casa.

A partir da data em que a praxe foi quebrada, em que foi incluída a Comissão de Defesa do Consumidor e Relações do Trabalho não como uma manobra regimental, porque entendemos que... Por exemplo, hoje foi convocada uma sessão, que caiu. Posteriormente, foi convocada uma outra sessão. Isso é uma manobra regimental, isso é lógico em qualquer Parlamento. Agora, o que não podemos aceitar é que a cada votação se queira modificar o Regimento da Casa. Com todo o respeito que tenho ao Líder Waldenor, isso não pode!

Não que esse projeto seja polêmico, é um projeto no qual a Oposição votará favoravelmente. No outro projeto, o do comitê olímpico, também vamos votar favoravelmente. Agora, o que não pode é se querer fazer manobras não regimentais, que não condizem com o Regimento, para querer aprovar qualquer projeto nesta Casa.

Portanto, quero agradecer a V.Ex^a, mais uma vez, pelo deferimento da minha questão de ordem.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado à unanimidade.

O projeto anterior irá para S.Ex^a, o governador, para ser sancionado.

Em discussão única e votação o projeto de lei nº 17.778/2009, de autoria do Poder Executivo, que institui a bolsa-auxílio no âmbito das universidades estaduais da Bahia e da Educação Básica, segundo os critérios e limites fixados nessa lei, e dá outras providências.

Faltam os pareceres das comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre deputado Bira Corôa, para relatar.

O Sr. BIRA CORÔA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, projeto de lei nº 17.778/2009.

(Lê) *“Parecer das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 17.778/2009, de autoria do Poder Executivo, o qual 'institui a bolsa auxílio, o auxílio por participação em processos seletivos e o auxílio produtividade, no âmbito das Universidades Estaduais da Bahia e da Educação Básica, segundo os critérios e limites fixados nesta Lei, e dá outras providências'.*

O projeto que ora passo a analisar, de autoria do Poder Executivo, vem instituir a bolsa auxílio, o auxílio por participação em processos seletivos e o auxílio produtividade, no âmbito das Universidades Estaduais da Bahia e da Educação Básica.

A bolsa auxílio poderá ser concedida aos docentes em efetivo exercício de regência de classe das Universidades Estaduais que desempenham, em caráter eventual, atividades nos programas de formação, inclusive na modalidade à distância, que visem: I - a formação inicial em serviço para professores da educação básica ainda não titulados, tanto em nível médio quanto em nível superior; II – a formação continuada de professores da educação básica; III – a participação de professores em projetos de pesquisa, de extensão e de desenvolvimento de metodologias educacionais; IV – a participação de professores em ações que abranjam consultoria técnica; V – a atuação do professor como coordenador, instrutor, tutor, formador e pesquisador. A bolsa será devida também aos servidores técnico-administrativos que eventualmente exerçam atividades de apoio ou coordenação em um dos programas acima referidos, e tem seus critérios de concessão e valores fixados na proposição.

O valor mensal proposto para a bolsa auxílio aos docentes da Educação Superior varia entre R\$ 200,00, para função de apoio, e R\$ 3.500,00, para a função de coordenador geral. Para as funções de coordenador por área/programa o valor é

de R\$ 2.500,00, para coordenador de curso ou supervisor/orientador o valor máximo fixado é de R\$ 1.500,00, enquanto para técnico de nível superior é de R\$ 1.000,00 e técnico de nível médio R\$ 700,00, sendo que os valores para professor e monitor serão os da tabela do FNDE. Já os docentes da Educação Básica terão um auxílio no valor diário de R\$ 76,00, para alimentação, hospedagem e transporte quando da participação em programas de formação.

A duração das bolsas é limitada à duração do curso ou projeto ao qual o professor estiver vinculado, tendo os seguintes limites: I – até quatro anos, para curso de formação inicial em nível superior; II – até dois anos, para curso de formação em nível médio; III – até dois anos, para curso de formação continuada e projeto de pesquisa, de extensão e desenvolvimento; até quatrocentos e vinte horas, para ações que abranjam a consultoria técnica; V – até oito meses para formação de monitores.

Cabe registrar ainda que a bolsa auxílio não se incorpora aos vencimentos dos servidores para qualquer efeito, sendo ainda vedada a percepção cumulativa das vantagens previstas no projeto.

Trata-se, assim, de medida de inequívoco interesse social do Governo do Estado, beneficiando mais uma vez a importante e laboriosa categoria de servidores do magistério de nível superior, extensível ao pessoal técnico-administrativo que presta apoio às atividades para cujo exercício os benefícios são instituídos.

A proposição recebeu 8 emendas, sendo as 7 primeiras de autoria do Deputado Álvaro Gomes e a nº 8 de autoria do Deputado Heraldo Rocha, Líder da Bancada da Minoria. A emenda nº 1 propõe introdução de um dispositivo, autorizando a concessão de uma nova bolsa para o professor, após conclusão da anterior, desde que o curso ou projeto a que esteja vinculado seja diverso do anterior. Opino pela rejeição, considerando a proposta inócua aos fins pretendidos. Ora, se o parágrafo único do artigo 2º, cujos termos foram mantidos pelo proponente desta emenda, na emenda nº 7, dispõe que o professor perceberá a bolsa enquanto durar o projeto ou curso, não há qualquer possibilidade de um professor concorrer a nova bolsa relacionada a um projeto a que estiver vinculado. Ademais, a emenda contraria o interesse público porque restringe a participação de professores em projeto idêntico àquele pelo qual recebeu bolsa auxílio. No projeto não há qualquer vedação no sentido de que um professor não possa concorrer em nova seleção para cursos ou projetos diversos ou mesmo idênticos àquele que possibilitou a percepção anterior da bolsa auxílio. As únicas vedações estão nos arts. 4º e 7º quanto ao recebimento cumulativo de benefícios de que trata o PL o que, além de moralizador, é condizente com o princípio da eficiência.

A emenda nº 2 propõe que, caso o curso seja ministrado em módulos, a bolsa seja concedida apenas para o período correspondente ao módulo ao qual estiver vinculado o professor. Opino pela aceitação da emenda, a qual prevê o pagamento da bolsa para o exato período do curso de formação ao qual está vinculado o professor, evitando-se, assim, a percepção do acréscimo indevidamente. A emenda vem aperfeiçoar o projeto, uma vez que no mesmo, a fixar, no art. 2º, o prazo máximo

de duração da bolsa para cada curso, não há contemplação da situação específica referente a curso dividido em módulos.

A emenda nº 3 propõe o acréscimo do § 3º ao art. 1º, estabelecendo que os critérios de seleção para participação nos programas sejam definidos nas diretrizes de cada um destes, onde deverá ser considerada a produtividade de cada instituição de ensino superior. Opino pela rejeição, uma vez que as diretrizes atuais de cada programa já preveem a articulação com as quatro universidades estaduais. Assim, estabelecer o critério de produtividade poderia restringir a participação das instituições em detrimento do bom desenvolvimento do programa, em especial, considerando os critérios de capilaridade territorial e vocação institucional de cada uma.

*A emenda nº 4 altera o art. 1º, excluindo, do caput, a expressão “em caráter eventual”, que restringiria a concessão da bolsa auxílio à participação do professor de forma eventual no programa; ao mesmo tempo faz incluir, ainda no caput, a possibilidade de concessão da bolsa auxílio para o exercício de atividades de pesquisa e extensão, uma vez que, embora tal possibilidade estivesse prevista no inciso III, não constava do caput; e acresce, no texto do inciso IV, a proibição de concessão de bolsa auxílio a professores que, participando de consultoria técnica, percebam remuneração por esta participação. Opino pelo **acatamento parcial** da emenda, entendendo que, através do projeto ora sob análise, pretende o Governo do Estado criar a bolsa auxílio para respaldar a participação em projetos que possuem limite de tempo para execução. A expressão "em caráter eventual", portanto, numa interpretação sistemática, significa a determinada duração para cada modalidade dos cursos previstos no art. 2º. Ademais, conforme a Lei de Licitações do Estado da Bahia só é permitido a servidor público prestar serviço ao Estado em caráter eventual, conforme parágrafo único do art. 125, in verbis:*

'Art. 125 - É vedado ao agente político e ao servidor público de qualquer categoria, natureza ou condição, celebrar contratos com a Administração direta ou indireta, por si ou como representante de terceiro, sob pena de nulidade, ressalvadas as exceções legais.

Parágrafo único - Não se inclui na vedação deste artigo a prestação de serviços, em caráter eventual, de consultoria técnica, treinamento e aperfeiçoamento, bem como a participação em comissões examinadoras de concursos, no âmbito da Administração Pública.'

Em relação ao acréscimo feito ao inciso IV, o mesmo deve ser aceito, visto que visa afastar a possibilidade de 'bis in idem', ou seja, pagamento em duplicidade em face do mesmo fato gerador, qual seja, participação de docente em ações que abranjam consultoria técnica. Assim, acolho a alteração proposta ao inciso IV, rejeitando a alteração do caput do art. 1º.

A emenda nº 5 modifica o art. 7º, proibindo o recebimento das vantagens previstas no projeto cumulativamente com bolsas de pesquisa ou similares já concedidas por outros institutos de fomento pesquisa para um mesmo curso ou projeto. Opino pela rejeição, porque a proposta se manifesta redundante. Ademais,

da forma como está redigida a emenda restringe a participação de mestrandos e doutorandos nos programas de formação, inviabilizando-os, desde quando o corpo docente desses projetos se constitui em sua maioria de docentes em processos de qualificação (mestrandos e doutorandos). Outrossim, a modalidade de bolsa auxílio instituída pelo projeto não se constitui em bolsa de fomento a pesquisa. Trata-se de uma concessão de bolsa voltada para programas de formação, cuja participação ocorre em caráter eventual.

A emenda nº 6 modifica o § 2º do art. 1º do projeto, propondo a constituição de comissão unificada das Universidades Estaduais com vistas à seleção para participação nos programas, sendo tal comissão constituída por professores, com título de doutor, pesquisadores ativos, integrantes das respectivas universidades, indicados pelos Conselhos Superiores de Ensino, Pesquisa e Extensão, a ainda por pesquisadores ativos, com título de doutor, sem vínculo funcional com as universidades e indicados pelos Conselhos Superiores. A emenda não merece acolhimento porque contraria os objetivos do projeto, condenando-o à inexecutabilidade. Considerando que a demanda para os programas de formação possui caráter emergencial, visto que as questões sociais relacionadas ao tema encontram-se represadas, é fato que a seleção dos professores deve ser realizada em curto espaço de tempo. Desta forma, a instituição de uma Comissão Unificada das Universidades Estaduais tenderia a prejudicar o atendimento satisfatório da execução do programa. A emenda não leva em consideração as dificuldades que poderiam advir dos diversos fatores, tais como a distância entre as instituições de ensino, ao calendário de cada uma delas, ao assobramento dos gestores de cada qual, bem como à existência de regimentos e procedimentos de cada Universidade, distintos entre si.

A emenda nº 7 transforma o parágrafo único do art. 2º em § 1º e propõe alteração, de dois para três anos, no período de duração da bolsa auxílio para projetos de pesquisa, de extensão e de desenvolvimento. Opino pelo acolhimento da emenda, a qual visa ampliar para três o prazo de duração das bolsas no caso de projeto de pesquisa, de extensão e desenvolvimento, pois a prática acadêmica tem demonstrado que dois anos não constituem tempo suficiente para o desenvolvimento de projetos de pesquisa, extensão e desenvolvimento, tanto assim que o CNPQ-Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico mantém, atualmente, o prazo de três anos para a concessão de bolsas individuais de produtividade em pesquisa, desenvolvimento tecnológico e extensão, como pode observar a partir de uma consulta em sua página oficial.

A emenda nº 8 traz diversas modificações ao projeto, alterando o caput do art. 1º, propondo a instituição do 'Sistema Especial de Bolsa Auxílio no âmbito das Universidades Estaduais da Bahia e da Educação Básica', direcionado aos docentes das Universidades Estaduais que desempenham, em caráter eventual, atividades, no âmbito dos programas de formação, inclusive na modalidade à distância; altera também o inciso IV do mesmo artigo, restringindo a participação em ações que abrangem consultoria técnica a projetos e programas de órgãos públicos federais,

estaduais ou municipais; acresce dispositivo estabelecendo que as instituições beneficiadas pelo Sistema Especial de Bolsa Auxílio constituam Comissão Interna de Seleção e Coordenação, subordinada ao respectivo Conselho Superior, a qual será renovada anualmente em, pelo menos, um terço de seus membros, e que terá entre suas atribuições a de dar ampla divulgação de suas ações, inclusive na internet; propõe, também, a emenda, alteração no art. 4º, estabelecendo que compete também à Comissão de Seleção e Coordenação...”

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Bira, peço a sua permissão para registrar a presença da nobre ex-deputada estadual e federal Jusmari Oliveira, nossa querida amiga que hoje é prefeita de Barreiras.

Retorno a palavra a V.Exª.

O Sr. BIRA CORÔA:- (Lê) “(...) juntamente com os Conselhos Superiores, a definição dos critérios de participação nos programas. Opino pelo **acatamento parcial** da emenda, aceitando-se a sugestão disposta no § 1º do art. 1º e alíneas deste, com a redação proposta em emenda de Relator. As demais modificações não merecem acolhimento, porque:

a) o projeto não dispõe sobre o sistema e não há que se falar em tal estrutura gerencial para proposição, como pretende o PL, de um mecanismo de pagamento de serviços ou mesmo de um benefício, porque impróprio;

b) quanto à proposta de modificação do inciso IV, há vício de inconstitucionalidade...”

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, V.Exª vai me permitir interrompê-lo, porque há um requerimento aqui na Mesa solicitando, nos termos do art. 89, parágrafo único do Regimento Interno, a prorrogação da presente sessão pelo tempo de 600 minutos, com o objetivo de apreciar as matérias constantes na Ordem do Dia.

O Sr. Paulo Azi:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem, deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- Peço uma verificação de quorum de votação no âmbito das comissões, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não, deputado, é só a prorrogação da sessão. Obrigado.

Os Srs. Deputados que aprovam a prorrogação desta sessão permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovada.

Muito obrigado, deputado Bira Corôa. Retorno a palavra a V.Exª.

O Sr. BIRA CORÔA:- “(...) porque não cabe ao Poder Executivo estadual legislar sobre os demais entes federativos;

c) a redação conferida ao art. 4º confunde as funções do Conselho Superior, ao qual cabe definir critérios de participação dos docentes e as funções da Comissão Interna de Seleção à qual cabe operacionalizar as decisões do mencionado Conselho. Assim, a redação proposta é prejudicial à execução do PL e deve ser rejeitada.”

Por fim, visando o aperfeiçoamento da proposição, apresento, na condição de

Relator, as seguintes emendas:

Emenda de Relator nº 1:

Acresça-se, ao art. 1º do Projeto de Lei nº 17.778/2008 os §§ 3º e 4º, com a seguinte redação:

“Art. 1º.....

.....

§ 3º – As Instituições de que trata esta Lei deverão constituir Comissão Interna de Seleção e Coordenação dos Programas de Formação, subordinada ao respectivo Conselho Superior, designando seus membros, formalmente através da publicação no Diário Oficial do Estado e divulgação no site oficial.

a) a Comissão Interna de Seleção e Coordenação será renovada a cada ano, através da substituição de, no mínimo, 2/3 (dois terços) de seus membros.

b) caberá à Comissão, dentre outras atribuições, dar ampla divulgação dos processos de seleção no âmbito da instituição, inclusive, através de site institucional.

§ 4º - A seleção para participação nos programas de formação contemplará o conjunto de fases ou módulos constitutivos de cada curso ou projeto, de modo a garantir a unidade do certame.”

JUSTIFICATIVA: com o § 3º cuida-se de conferir melhor acompanhamento e publicização dos procedimentos de seleção, vindo com nova redação aos dispositivos propostos pela emenda nº 8, acatada parcialmente. Já com o acréscimo do § 4º a emenda pretende evitar a descaracterização ou descontinuidade pedagógica dos cursos ou projetos de formação, garantindo o princípio da eficiência e o interesse público.

Emenda de Relator n. 2:

O art. 4º do Projeto de Lei nº 17.778/2008 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 4º - Caberá ao Conselho Superior competente de cada Instituição definir os critérios de participação dos docentes a elas vinculados nos programas e de concessão das bolsas auxílio, sendo vedada a acumulação de mais de uma bolsa auxílio nos programas de que trata esta Lei.”

JUSTIFICATIVA: A emenda visa tornar claro que cada instituição disciplinará sobre a atuação e participação de seus servidores, tornando mais preciso e exequível o dispositivo explicitado.

Ante o exposto, opino pela aprovação da proposição ora relatada, com as modificações decorrentes das emendas acatadas, total ou parcialmente, e das emendas de Relator.”

O Sr. BIRA CORÔA:- Por fim, opino pela aprovação.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não há orador para discutir.

Em votação o parecer no âmbito das comissões.

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, peço a V. Exª que verifique o quorum de votação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V. Exª será atendido.

Deputado Waldenor!

O Sr. Waldenor Pereira:- Parece-me que todos já estão presentes.

Queria apenas que V. Ex^a levasse em consideração os 15 minutos, se necessário for.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido. Srs. Deputados, há um pedido de quorum de votação. Marquem-se 15 minutos. Vou fazer a chamada.

(O Sr. Presidente Marcelo Nilo procede à chamada nominal no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Há quorum na Comissão de Constituição e Justiça.

(O Sr. Presidente Marcelo Nilo procede à chamada nominal no âmbito da Comissão de Finanças, Orçamento Fiscalização e Controle.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Há quorum na Comissão de Finanças e Orçamento. Agora a Comissão de Educação.

(O Sr. Presidente Marcelo Nilo procede à chamada nominal no âmbito da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Serviço Público.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Há quorum na comissão.

(O Sr. Presidente Marcelo Nilo procede à chamada nominal no âmbito da Comissão de Relações de Trabalho e Defesa do Consumidor.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Há quorum em todas as comissões. Os Srs. Deputados que aprovam o parecer permaneçam como se encontram. Aprovado no âmbito das comissões.

O Sr. Gilberto Brito:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Gilberto Brito.

O Sr. Gilberto Brito:- Presidente, eu sei que é um esforço insano votar esses dois projetos hoje, e eu tinha perguntado a V.Ex^a ontem, e volto a fazê-lo hoje: que dia nós iremos votar projetos de autoria de deputados?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para a semana nós já votaremos projetos dos Srs. Deputados. (Palmas dos Srs. Deputados) Deputado Gilberto, já foi aprovado na Mesa Diretora a votação de projetos de 32 Srs. Deputados. Dois deputados já foram designados – um da Oposição e outro do governo – para conversar com os líderes partidários para nós começarmos a votá-los na próxima terça-feira. Está dependendo apenas de os nobres deputados falarem com os Líderes, e amanhã eles eles vão trazê-lo à Mesa.

O Sr. Zé Neto:- V.Ex^a me concede a palavra?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Zé Neto, por favor.

O Sr. Zé Neto:- Deputado Marcelo Nilo, nós, hoje, na Comissão de Constituição e Justiça sentamos com o deputado Luiz de Deus, conversamos com o deputado Pedro Alcântara, e aprovamos mais cinco projetos na Comissão de Constituição e Justiça. Estamos na ordem de 120. Então, temos projetos suficientes para ir dialogando com os deputados e fazer com que alguma parte que, inclusive, já passou nas comissões, possa chegar a este Plenário. Acho que num acordo de

Lideranças dá para a gente monitorar essa vontade, que é de todos. Eu acho que, para a próxima semana, a notícia que V.Ex^a deu é uma boa notícia.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Obrigado, deputado.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não.

O Sr. Álvaro Gomes:- Não bastam apenas a Minoria e a Maioria.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não, aí é o Bloco Independente, Sr. Deputado. Desculpe. V.Ex^a tem toda razão. Eu peço até desculpa a V.Ex^a.

Sr. Pedro Alcântara:- Não precisa pedir desculpas, porque não foi a intensão de V.Ex^a.

O Sr. Gilberto Brito:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Gilberto Brito. Gostaria de pedir a V.Ex^a que fosse breve, se possível.

O Sr. Gilberto Brito:- Sr. Presidente, gostaria de dar mais uma sugestão. O deputado Zé Neto afirmou que já há 120 projetos aprovados na comissão. Para facilitar e diminuir o esforço do Parlamento, sobretudo do Plenário, faça um sorteio de pelo menos uns quatro para serem votados.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Fica o registro de V.Ex^a.

Em votação no âmbito do Plenário.

O Sr. Paulo Azi:- Gostaria de pedir uma verificação de quorum de votação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido.

O Sr. Waldenor Pereira:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Waldenor Pereira.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, gostaria de solicitar de V.Ex^a que zerasse o painel de definisse tempo de 25 minutos, conforme acordo de liderança, tendo em vista que precisamos de 32 Senhores Parlamentares em plenário. Gostaria que o deputado Yulo pudesse me ajudar na avaliação dos presentes.

Já tenho a informação de que já há número suficiente, Sr. Presidente, portanto solicito de V.Ex^a que coloque em votação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido.

Há um requerimento, assinado por mais de 21 Srs. Deputados com base no que dispõe o inciso II do art. 92 do Regimento Interno, requerendo a convocação de uma sessão extraordinária a ser iniciada dois minutos após o encerramento da presente, com o objetivo de apreciar o Requerimento de Urgência nº 6774/2009 para o Projeto de Lei nº 17.940/2009, de autoria do Executivo.

Esse projeto só pode ser votado se o projeto que está sobrestando a pauta for votado. Estou apenas lendo o requerimento. São dois requerimento de urgência.

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, deputado.

O Sr. Paulo Azi:- Marcelo, não existe convocação de sessão posterior a essa. Não foi convocada nenhuma outra sessão extraordinária em relação a essa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Está aqui convocando, deputado, após

esta sessão.

O Sr. Paulo Azi:- Convocando neste momento, presidente, já no momento de votação do projeto?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Só estou lendo o requerimento. Se V.Ex^a quiser eu guardo para depois da votação. Estou apenas lendo.

O Sr. Paulo Azi:- Porque geralmente uma solicitação de convocação de sessão extraordinária se dá no início da sessão. Estamos praticamente encerrando a sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, os mais de 21 Srs. Deputados podem convocar a qualquer momento, no início ou no fim.

O Sr. Paulo Azi:- Não é a praxe desta Casa, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- A praxe é no início, meio e fim. Várias sessões já foram convocadas.

O Sr. Paulo Azi:- Eu só queria, para esclarecimento, saber que projetos são esses.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- É o Requerimento de Urgência nº 6.774/2009 para o Projeto de Lei nº 17.940/2009 que trata da previdência dos servidores.

O Sr. Paulo Azi:- Chegou que dia a esta Casa?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Chegou semana passada. É apenas a aprovação da urgência.

Solicito aos Srs. Deputados que encontram-se no cafezinho, no salão nobre, nos gabinetes, na Liderança da Maioria, na Liderança da Minoria, que venham para o plenário tendo em vista que há um pedido de verificação de quorum de votação.

Gostaria que o painel fosse zerado e marcado o tempo de 25 minutos.

Solicito aos deputados Waldenor Pereira e Paulo Azi que marquem suas presenças. Os outros Srs. Deputados marquem as presenças se quiserem votar o Projeto de Lei nº 17.778/2009 do Poder Executivo que institui a bolsa auxílio no âmbito das Universidades Estaduais da Bahia e da Educação Básica.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 17.778/2009

Institui a bolsa auxílio no âmbito das Universidades Estaduais da Bahia e da Educação Básica, segundo os critérios e limites fixados nesta Lei, e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

DECRETA:

Art. 1º - Poderá ser concedida bolsa auxílio aos docentes das Universidades Estaduais da Bahia que desempenham, em caráter eventual, atividades, no âmbito dos programas de formação, inclusive na modalidade a distância, que visem:

I - à formação inicial em serviço para professores da Educação Básica ainda não titulados, tanto em nível médio, quanto em nível superior;

II - à formação continuada de professores da Educação Básica;

III - à participação de professores em projetos de pesquisa, de extensão e de desenvolvimento de metodologias educacionais;

IV - à participação de professores em ações que abranjam consultoria técnica, desde que esses não recebam qualquer remuneração pela mesma consultoria;

V - à atuação do professor como coordenador, instrutor, tutor, formador e pesquisador.

§ 1º - Poderão candidatar-se à participação nos programas de que trata o *caput* deste artigo, os professores que estiverem em efetivo exercício de regência de classe no magistério da Rede Pública de Ensino Superior.

§ 2º - A seleção para participação nos programas referidos no *caput* desse artigo será de responsabilidade dos respectivos gestores no âmbito de cada instituição ou entidade executora, de acordo com os critérios a serem definidos nas diretrizes de cada programa.

§ 3º - As Instituições de que trata esta Lei deverão constituir Comissão Interna de Seleção e Coordenação dos Programas de Formação, subordinada ao respectivo Conselho Superior, designando seus membros, formalmente, através da publicação no Diário Oficial do Estado e divulgação no site oficial.

- a) a Comissão Interna de Seleção e Coordenação será renovada a cada ano, através da substituição de, no mínimo, 2/3 (dois terços) de seus membros;
- b) caberá à Comissão, dentre outras atribuições, dar ampla divulgação dos processos de seleção no âmbito da Instituição, inclusive, através de site

institucional.

§ 4º - A seleção para participação nos programas de Formação contemplará o conjunto de fases ou módulos constitutivos de cada curso ou projeto, de modo a garantir a unidade do certame.

Art. 2º - Os valores da bolsa auxílio referida no *caput* desse artigo obedecerão aos critérios definidos no Anexo I desta Lei.

§ 1º - O período de duração das bolsas será limitado à duração do curso ou projeto ao qual o professor estiver vinculado, podendo ser por tempo inferior ou mesmo sofrer interrupção, desde que justificada, limitados aos seguintes prazos:

I - até 4 (quatro) anos, para curso de formação inicial em nível superior;

II - até 2 (dois) anos, para curso de formação inicial em nível médio;

III - até 2 (dois) anos, para curso de formação continuada;

IV - até 3 (três) anos, para projeto de pesquisa, de extensão e desenvolvimento;

V - até 420 (quatrocentos e vinte) horas para ações que abranjam a consultoria técnica;

VI - até 8 (oito) meses para formação de monitores.

§ 2º - Quando o curso for ministrado em módulos, o professor apenas receberá a bolsa auxílio no período correspondente ao módulo ao qual estiver vinculado.

Art. 3º - Será devida a bolsa auxílio aos servidores técnico-administrativos que, em caráter eventual, exerçam atividades de apoio ou coordenação em um dos programas referidos no art. 1º desta Lei, ou, em situações excepcionais, atuem como instrutores em programas de extensão.

Art. 4º - Caberá ao Conselho Superior competente de cada Instituição definir os critérios de participação dos docentes a elas vinculados nos programas e de concessão das bolsas auxílio, sendo vedada a acumulação de mais de uma bolsa auxílio nos programas de que trata esta Lei.

Art. 5º - Será concedida bolsa auxílio aos profissionais da Educação Básica em efetivo exercício, na condição de participantes dos programas de formação

inicial e continuada, presencial e/ou a distância, desenvolvidos pela Secretaria da Educação - SEC.

§ 1º - Os valores das bolsas auxílio serão para custeio das despesas de alimentação, hospedagem e transporte decorrentes da participação dos profissionais da Educação Básica nos diversos cursos.

§ 2º - O valor da bolsa auxílio referida no *caput* desse artigo obedecerá aos critérios definidos no Anexo II desta Lei.

Art. 6º - A bolsa auxílio não se incorporará ao vencimento ou salário do servidor para qualquer efeito e não poderá ser utilizado como base de cálculo para contribuição previdenciária ou quaisquer outras vantagens, inclusive para fins de cálculo dos proventos da aposentadoria e das pensões.

Art. 7º - É vedado o recebimento cumulativo das vantagens disciplinadas nesta Lei.

Art. 8º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das receitas diretamente arrecadadas pelas Universidades Estaduais, a exceção das despesas inerentes à bolsa auxílio destinada aos profissionais da Educação Básica, definida no art. 5º desta Lei, que serão de responsabilidade da Secretaria da Educação do Estado da Bahia, por meio do seu orçamento.

Art. 9º - Os valores de que tratam os arts. 2º e 5º desta Lei poderão ser revistos por ato do Poder Executivo, mediante proposta apresentada, respectivamente, pelas Universidades Estaduais e pela Secretaria da Educação do Estado da Bahia.

Art. 10 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 11 - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 06 de março de 2009.

Deputado ÁLVARO GOMES
Relator

ANEXO I

**VALOR BOLSA AUXÍLIO AOS DOCENTES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PARA
IMPLEMENTAÇÃO DOS PROGRAMAS ESPECIAIS**

FUNÇÃO	NÚMERO MÁXIMO DE PARTICIPAÇÃO	VALOR MENSAL MÁXIMO
COORDENADOR GERAL	01	3.500,00
COORDENADOR POR ÁREA / ABRAGÊNCIA / PROGRAMA	01	2.500,00
COORDENADOR DE CURSO	01	1.500,00
SUPERVISOR/ORIENTADOR	01	1.500,00
PROFESSOR	03	*
TÉCNICO/SUPERIOR	01	1.000,00
TÉCNICO/MÉDIO	01	700,00
MONITOR PROFESSOR	01	*
APOIO	01	200,00

*Tabela FNDE

ANEXO II

**VALOR BOLSA AUXÍLIO AOS DOCENTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA POR
PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS DE FORMAÇÃO**

ATIVIDADE	VALOR DIÁRIO
Alimentação, hospedagem e transporte	Diária: R\$76,00, acrescido do valor para o deslocamento estabelecido pelos critérios da AGERBA, conforme tabela oficial que estabelece valor de transporte rodoviário entre as cidades da Bahia.

(Os Srs. Deputados registram suas presenças)

(Os Srs. Deputados registram suas presenças)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Paulo Azi, obrigado pela compreensão de V.Ex^a em reconhecer que pela primeira vez a presidência teve razão. (Pausa).

Vamos colocar em votação, Srs. Deputados que estão presentes. Em votação. Como recomenda à bancada de V.Ex^a, deputado Waldenor Pereira?

O Sr. Waldenor Pereira:- Recomendamos votar favoravelmente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O deputado Waldenor Pereira recomenda SIM.

Como recomenda o deputado Paulo Azi?

O Sr. Paulo Azi: - Recomendamos “sim”.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Como recomenda o deputado Pedro Alcântara?

O Sr. Pedro Alcântara:- Recomendamos “sim”.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Todos os líderes partidários recomendam “sim”.

Em votação.

(Os Srs. Deputados procedem à votação)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Encerrada a votação. Aprovado à unanimidade o projeto de lei nº 17.778/09 com 47 votos “sim”; “não”, zero; abstenção zero.

O projeto irá para ser sancionado pelo Sr. Governador do Estado.

A sessão será encerrada, lembrando aos Srs. Deputados que há uma convocação para uma sessão extraordinária que será iniciada 2 minutos após o encerramento desta para votar o requerimento de urgência nº 6.774/2009 ao projeto de lei 17.940/2009, de S.Ex^a o Governador do Estado, sobre a previdência dos funcionários.

Está encerrada a sessão.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/sessoes.cfm>. Acesse ao caminho **Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias** e leia-as na íntegra.*